

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL



**REFORMA AGRÁRIA, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIO:
há territorialidade no Assentamento Grossos no Ceará?**

ELANE MARIA DE CASTRO COUTINHO

Fortaleza - Ceará
2004

**REFORMA AGRÁRIA, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIO:
há territorialidade no Assentamento Grossos no Ceará?**

Elane Maria de Castro Coutinho



Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural,
do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como parte das exigências
para obtenção do título de Mestre.

FORTALEZA - CEARÁ
2004

Essa dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Rural, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Departamento de Economia Agrícola da referida Instituição.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Elane Maria de Castro Coutinho
Elane Maria de Castro Coutinho



DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 04 / 10 / 2004

Robério Telmo Campos
Prof. Robério Telmo Campos, Dr.
Orientador

Luiz Antônio Maciel de Paula
Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula, PhD.

José Ribamar Furtado de Souza
Prof. José Ribamar Furtado de Souza, PhD.

A minha mãe Lina de Castro Cruz e Silva e ao meu pai José Henrique Silva, *in memoriam*, pelo jeito silencioso e bondoso de incentivar meus estudos.

Ao meu amável marido, Célio Coutinho, pela presença constante e apoio inigualável.

As minhas filhas Enale e Celine, inesgotáveis fontes de inspiração e força para os momentos mais difíceis e pela paciência durante as horas em que me afastei um pouco para me dedicar mais intensamente aos estudos.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A aventura da pesquisa exige um esforço redobrado, não só de quem a realiza mas também de quem acompanha os passos desse difícil trabalho, tornando-a, de certa forma, uma obra coletiva.

Assim, intensificam-se aqui os mais sinceros agradecimentos:

a minha família e aos amigos, por compreenderem esse momento difícil e ao mesmo tempo por me incentivarem no trabalho.

À comunidade Grossos que abriu seu coração e sua vida para a realização da pesquisa.

Ao orientador, Prof. Dr. Robério Telmo Campos, pela contribuição e apoio na elaboração deste estudo.

Ao Prof. Dr. José Ribamar Furtado de Souza, que colaborou com valiosas sugestões nos momentos difíceis e sempre de forma crítica e construtiva para que se concretizasse esta dissertação.

Ao Prof. Dr. Luíz Antônio Maciel de Paula, pela disponibilidade e sugestões ao trabalho.

À Prof.a Dr.a Eliane Dayse, pela disponibilidade e valiosa contribuição ao estudo.

A minha sobrinha Delany, pela colaboração nas transcrições das entrevistas.

A minha amiga Jandira, pelo carinho como cuida de minhas filhas e de meu lar.

Ao técnico do INCRA Jaime D'Alencar e ao estagiário e estudante de Geografia Rogério Araújo, pela atenção e paciência na edição dos mapas do Assentamento.

A bibliotecária Ana Elisabeth, pela solidariedade na construção deste trabalho.

A todos os professores e funcionários do curso de mestrado, que me propiciaram as condições para a realização deste curso.

Aos meus colegas de mestrado, com quem tive oportunidade de conviver nessa jornada.

A todas aquelas pessoas e instituições que, de forma direta ou indireta, tornaram possível a concretização deste ensaio.

SUMÁRIO

	Página
FIGURAS DO APÊNDICE	vii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT	x
RÉSUMÉ.....	xi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos	6
Geral	6
Específico.....	6
1.2 Organização do estudo	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Territórios rurais.....	10
2.1.1 Aspectos conceituais	10
2.1.2 Indicadores de território.....	15
3 METODOLOGIA	23
4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	30
4.1 A Memória histórica de Grossos	30
A Fazenda Grossos	30
O Assentamento Grossos	36
4.2 Grossos: territórios espaço-geográfico ou sócio-político e cultural	42
5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES	56
BIBLIOGRAFIA	60
APÊNCIDES	
APÊNDICE A	71
APÊNDICE B.....	91

FIGURAS DO APÊNDICE

FIGURA		Página
1	Reunião de sensibilização com os associados da Associação dos Grossos.....	72
2	Reunião de sensibilização com os associados da Associação do Bom Destino.....	72
3	Croqui do Assentamento Grossos, com casas, açudes e galpão de reunião.....	73
4	Entrevista com família assentada.....	73
5	Área do Assentamento Grossos logo após a desapropriação.....	74
6	Área do Assentamento Grossos logo após o parcelamento.....	75
7	Limite com o Assentamento Logradouro I (serrotes).....	76
8	Limite com o Assentamento Cacimba Nova (serras).....	76
9	Limites entre as parcelas.....	77
10	Área do Assentamento Grossos atual.....	78
11	Vegetação do Assentamento Grossos (arbórea, arbustiva e herbácea).....	79
12	Força de trabalho familiar.....	79
13	Máquinas agrícolas (forrageira e triturador).....	80
14	Equipamentos e ferramentas.....	80
15	Animais de trabalho (burro).....	81
16	Animais de trabalho (jumento e cavalo).....	81
17	Culturas de milho e feijão consorciadas.....	82
18	Cultura de mandioca.....	82



19	Criação de bovinos.....	83
20	Criação de ovinos.....	83
21	Criação de aves (galinhas, capotes e patos).....	84
22	Estrada tipo carroçável.....	84
23	Meio de transporte utilizado no Assentamento Grossos (ônibus)...	85
24	Fabricação de farinha (raspagem).....	85
25	Fabricação de farinha (lavagem).....	86
26	Fabricação de farinha (prensagem).....	86
27	Fabricação de farinha (torração).....	87
28	Mobilização dos movimentos sociais (MST na Prefeitura Municipal de Canindé).....	87
29	Mobilização dos movimentos sociais (MST no INCRA).....	88
30	Evento religioso (celebração sem padre).....	88
31	Símbolo da religião católica.....	89
32	Símbolo da religião evangélica.....	89
33	Time de futebol com alguns jogadores das associações do Assentamento Grossos.....	90
34	Integração entre as pessoas das duas associações durante as manifestações culturais.....	90

RESUMO

O modelo predominante de desenvolvimento, até recentemente, era o tradicional, ou seja, o enfoque do desenvolvimento exógeno, aquele imposto por forças externas e implantado em certas regiões, citando-se como exemplo emblemático as chamadas políticas de modernização da agricultura que visavam mais à questão econômica. Ao contrário desse modelo, surge outro paradigma, visto como uma combinação de forças internas e externas à região, que vem se preocupando com as dimensões ambiental, social, política, econômica, cultural e espiritual. Este modelo tem com base o conceito de território, que possibilita a identificação de traços de desenvolvimento sustentável nos espaços rurais. Com fundamento neste novo esquema de desenvolvimento rural, desenvolveu-se a presente pesquisa que teve como espaço de análise o Assentamento Grossos, em Canindé, no Estado do Ceará. O objetivo central é, tomando-se por base o enfoque territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável, analisar se o referido Assentamento constitui um território. A pesquisa teve como delineamento o estudo de caso, recorrendo às concepções das pesquisas etnográfica e participativa. Seus sujeitos foram os assentados, agregados, lideranças religiosa, política e do MST e técnicos de órgãos governamentais. Os dados de origem primária foram coletados mediante seguintes instrumentos metodológicos: história de vida, observação local, entrevista, caminhada exploratória e conversa informal. Por sua vez, para o levantamento dos dados secundários, foram consultados documentos oficiais. Para a análise dos dados, recorreu-se a uma abordagem qualitativa, lançando-se mão de indicadores de identificação de territórios rurais, destacando-se, dentre eles: modo de produção, identidade (pertença), solidariedade, estado de consciência e manifestação cultural, que também foram considerados como categorias de análise. Os resultados mostraram que, na época da Fazenda Grossos, os agricultores estavam submetidos a um modo de produção que os explorava, o qual foi se modificando em razão dos ensinamentos da Igreja e da luta e resistência dos agricultores. Verificou-se que as diferenças entre as famílias existem desde o tempo de fazenda e se acentuaram, sobretudo, no parcelamento das terras, levando o Assentamento a se apresentar com morfologias agrárias diferentes, terras parceladas e comunitárias. Essas diferenças foram ficando cada vez mais visíveis, chegando ao ponto de serem criadas duas associações, Grossos e Bom Destino, que apresentam características bastante distintas. As análises levaram à conclusão, até então, de que o espaço utilizado pela Associação dos Grossos sinaliza território sócio-político e cultural em construção. Essa mesma afirmação, no entanto, não é extensiva à Associação do Bom Destino, que ainda revela ser apenas um território espaço-geográfico. Sugere-se para melhor orientação das políticas públicas um estudo abrangente no Ceará, identificando a existência de territórios nas áreas de reforma agrária, propiciando-se, pois, um referencial para implementação de ações com vistas ao fortalecimento da diversidade cultural dos povos rurais e para a sustentabilidade e conseqüente autonomia dos assentamentos rurais.

ABSTRACT

The dominant model of development till recently was traditional, that is, the approach of exogenous development, that is imposed by external forces and implemented in certain regions. We can see as an emblematic example, the politics of modernization of the agriculture that was directed more to the economic question. In opposition to this model, it appeared another paradigm, and a combination of internal and external forces in relation to the region. This paradigm has worried with the social, environmental, political, economic, cultural, and spiritual dimensions. This model is based in a territorial conception that provides an identification of aspects of the sustainable development in the rural spaces. The present research had the purpose to analyse the Grossos Settlement of landless agriculture labourers, in Canindé, city of the Ceará state. It is based in this new model of the rural development. In this case the territorial approach is an strategy of the sustainable development. The main objective of this research is to analyse if this Settlement of landless agriculture labourers consists in a territory. The investigation delimited the study of case, considering the conceptions of ethnographic or participant researches. The subjects were people who are settled, aggregate, religious leaderships, and political ones, MST members and government institutions. The primary data were collected according to the following methodological instruments: life history, local observation, interview, exploration walking and informal conversation. Official documents were observed in order to get their secondary data. It was applied in qualitative approach, choosing elements of identification related to rural territories. Among of them, it's possible to emphasize models of production, identity, solidarity, consciousness condition and cultural manifestation, that are also considered categories of analysis. The results showed that in the epoch of the Grossos farm, the agriculture workers were submitted to the fear of production that explored them. These living conditions were modified in consequence of the Church teachings and the fight of the agriculture labourers. It was verified differences among families since the time of the farm and they increased, especially in the shared lands. Thus, the settlement of landless agriculture labourers presents different agrarian morphologies, including shared and communitarian lands. These differences got more visible and people created two associations: Grossos and Bom Destino. Both present distinct characteristics. The analysis concluded that the space used by the Grossos association signs a social, political and cultural territory in construction. This affirmative however, is not extended to the association of Bom Destino, that reveals to be spatial and geographical territory. It suggests a further study in Ceará, identifying the existence of territories in the areas of the agrarian reform, in order to improve the direction of the public policies providing a referential for implementation of actions in order to fortify the cultural diversity of the rural people and for sustentation. The autonomy of the rural settlements of landless agriculture labourers it is also observed as a consequence.

RÉSUMÉ

Le modèle prédominant de développement, même récemment, était le traditionnel, c'est-à-dire, l'approche du développement exogène, celui imposé par des forces externe et implanté dans des certaines régions, on cite comme exemple emblématique les appelées politiques de modernisation de l'agriculture qui visent plus la question économique. Au contraire de ce modèle, apparaît autre paradigme, vu comme une combinaison de forces internes et externe à la région, qui se préoccupent avec les dimensions environnementales, sociale, politique, économique, culturel et spirituel. Ce modèle a comme base le concept de territoire, qui possibilite l'identification de traces de développement soutenable dans les espaces ruraux. Fondamenté dans ce nouveau schéma de développement rural, s'est développé cette recherche qui a eu comme espace d'analyse l' Assentamento Grossos, à Canindé, dans l'État du Ceará. L'objectif central est, prenant comme base l'approche territorial comme stratégie de développement soutenable, analyser si cet Assentamento constitue un territoire. La recherche a eu comme délimitation l'étude de cas, en se servant des conceptions des recherches ethnographique et participative. Ses sujets ont été les assentados, les agregados, les leaders religieux, politiques et du MST et des techniciens d'organismes gouvernementaux. Les données d'origine primaire ont été colectées d'après les outils méthodologiques suivants: l'histoire de vie, l'observation locale, l'interview, la randonnée exploratrice et la causerie. À son tour, pour le prélèvement des données secondaires, ont été consultés des documents officiels. Pour l'analyse des données, on s'est servi d'une abordage qualificative, abandonnant des indicateurs d'identification de territoires ruraux, mettant en relief, parmi eux: le mode de production, l'identité (pertença), la solidarité, l'état de conscience et manifestation culturel, qui ont été aussi considerés comme catégories d'analyse. Les résultats ont montré que, à l'époque de la Fazenda Grossos, les agriculteurs étaient soumis à un mode de production qui les exploitait, celui s'est modifié en raison des enseignements de l'Église et de la lute et resistance des agriculteurs. On a verifié que les différences entre les familles existent depuis le temps de la fazenda et se sont accentué, surtout, dans le partagement des terres, conduisant l'Assentamento à se présenter avec des morphologies agraires différentes, des terres partagées et communitaires. Ces différences sont devenues chaque fois plus visibles, arrivant jusqu'au point d'être créés deux associations, Grossos et Bom Destino, qui présentent des caractéristiques assez distinctes. Les analyses ont conduit à la conclusion, jusqu'alors, que l'espace utilisé par l'Association de Grossos signale territoire sociopolitique et culturel en construction. Cette même affirmation, cependant, n'est pas extensive à l'Association du Bom Destino, qui révèle être encore seulement un territoire espace-géographique. On suggère pour une meilleure orientation des politiques publique un étude ample au Ceará, identifiant l'existence de territoires dans les domaines de la réforme agraire, provoquant donc un référentiel pour l'implémentation d'action visant à fortifier la diversité culturelle des peuples ruraux et pour la soutenabilité et conséquente autonomie des Assentamentos ruraux.

I INTRODUÇÃO

*[...] Moacir¹ sabe o que o Guido mandou dizer: se deixasse ele comprar a fazenda aqui, ele tira 100 hectare para você; com essa terra aí, você trabalha, faz o que você quiser é sua não tem nenhum problema com você, aí os outros se ajeita aí'.
'Antônio eu comecei mais os companheiros aqui, vou ficar aqui mesmo, se eu ganhar é mais eles e se eu perder é mais eles'.
'Rapaz deixe de ser tolo. Você vai perder
100 hectare de terra [...].
Francisco Almir Coelho Viana,
Assentado da Associação dos Grossos, 46 anos*

A questão territorial não é um assunto novo no mundo e, no Brasil, tem origem nos tempos das capitâneas hereditárias. No mundo contemporâneo, com o avanço das tecnologias e com as mudanças de paradigmas, também foi mudada a concepção de território.

Os territórios não são formados apenas de base física, pois possuem também vida própria, têm relações com as raízes históricas, políticas, econômicas e culturais.

O modelo de desenvolvimento tradicional adotado nesses espaços sempre se preocupou mais com a questão econômica. Esse modelo não foi suficiente para a melhoria de vida nos espaços rurais, não conseguindo resolver o problema da pobreza e da desigualdade social. A forma como foram aplicadas as políticas, sobretudo a de reforma agrária², não foi suficiente para resolver essas questões no meio rural.

Para se ter uma visão mais completa de como essa política agrária foi implementada nos espaços rurais e qual concepção predominava, há necessidade de compreender a questão agrária no Brasil ao longo da história.

Para Martins (1997), a questão agrária no Brasil começou a partir do século XIX, quando o Estado brasileiro, pressionado por alguns setores das elites, sobretudo as grandes

¹Francisco Viana Rodrigues (Moacir Viana) foi líder dos agricultores durante a luta e conquista do Assentamento Grossos, chegando a falecer em 5 de novembro de 1990.

² Reforma agrária representa: "O conjunto de operações que têm tendência a transformar a estrutura territorial de um estado ou de uma região, através da modificação das relações sociais, visando a assegurar a melhoria das técnicas de cultivo e o aumento da produção agrícola. [...] Uma estrutura agrária não é nada mais do que a materialização no espaço de um sistema de relações de forças" (LE COZ, 1976, p. 11).

potências que queriam expandir mercados, decidiu acabar com a escravidão. Essa decisão representou criar um problema para a grande propriedade: a escassez de mão-de-obra.

Segundo Silva (1971), a história da reforma agrária brasileira pode ser dividida em dois grandes momentos - o antigo e o moderno. O primeiro inicia-se com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, passando pela criação da Lei das Terras, a qual encerra com o regime jurídico da posse da terra no Brasil, e termina com a Revolução de 1930. O período moderno é marcado por cinco acontecimentos: o primeiro, a Revolução de 1930, conseguiu perturbar a tranquilidade dos latifundiários; o segundo, a criação da Comissão Milton Campos, para esquematizar juridicamente o processo de Reforma Agrária; o terceiro, o Comício na Central do Brasil, quando foi assinado o decreto da desapropriação das terras marginais em 1961; o quarto, a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, foi o mais importante evento, pois implantou os fundamentos jurídicos que desencadearam a reforma agrária brasileira; e, por último, a edição do Ato Institucional N° 9, em 1969, momento em que foram introduzidas as leis de desapropriações de terras para fins de reforma agrária.

Com o golpe de 1964, Stédile e Frei Sérgio (1996) lembram que os movimentos camponeses que impulsionaram as discussões sobre reforma agrária foram severamente reprimidos. Nessa época, destacam-se o trabalho da Igreja Católica, em apoio aos posseiros, e o surgimento da Comissão Pastoral da terra. Foi exatamente nesse período que nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base – CEB's.

Outro fato ocorrido na história da reforma agrária do Brasil foi a publicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo José Sarney, em 1985. Para Martins (1990), esse plano em relação ao seu conteúdo e forma inicial passou pelas seguintes descaracterizações: mudança no objetivo básico, passando da transformação da estrutura fundiária para a exploração da terra; o papel dos trabalhadores é submetido a tratamento paritário com os proprietários; o latifúndio produtivo passa a ser mais importante do que a função social da reforma agrária; as fixações das áreas máximas para a propriedade privada e concessões de terras para estrangeiros são silenciadas; os programas de regularização fundiária passam a ter prioridade sobre as áreas conflituosas; o programa de assentamento é omissivo quanto à estrutura associativa e administrativa.

Ainda quanto à questão agrária, Stédile e Sérgio (1996) destacam que, a partir da década de 1970, com a grande concentração da propriedade da terra, a expansão da mecanização da lavoura, a exclusão dos trabalhadores rurais na agricultura, a migração desses

para as regiões amazônicas ou êxodo rural para as cidades, o trabalho da Comissão Pastoral da Terra junto aos camponeses e o surgimento de um novo sindicalismo foi formado o cenário adequado para a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST foi originado de vários locais e sua história é composta pelos acontecimentos que se desenvolveram desde 1978. A partir daí, aconteceram em vários estados muitas lutas de agricultores sem terra que se reuniram, discutiram seus problemas e se organizaram para a conquista da terra de uma forma coletiva. Com o aumento dos conflitos, na década de 1980, houve avanço da luta pela terra no Brasil. Os encontros entre as lideranças dessas lutas localizadas passaram a acontecer a partir de 1981. Alguns encontros eram no próprio estado, outros regionais e, por fim, como resultado dessa articulação das várias lutas, realizou-se em janeiro de 1984, em Cascavel (Paraná), o primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra. Esse encontro representou, pois, a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, no plano nacional, que se articulou para lutar pela reforma agrária.

Para Stédile (1994), a reforma agrária do tipo socialista teria que atingir a descentralização da propriedade, devolver a cidadania aos trabalhadores e organizar a propriedade coletiva de todos os meios de produção, pois a questão não era só a propriedade da terra. Essa reforma deveria adquirir assim um caráter anticapitalista. O autor ainda aponta como razões para que a reforma agrária fosse socialista, ter que afetar a classe burguesa, além de reorganizar a produção para beneficiar a classe dos trabalhadores, ou seja, discutir o que o povo brasileiro precisa comer, em vez de se preocupar com o que dá mais lucro.

Ao contrário da reforma agrária defendida pelo MST, durante os dois governos de FHC, foi implementada uma política de reforma agrária amparada apenas na distribuição de terra, e não por um conjunto de políticas, que, de fato, apontassem para solução do problema das desigualdades no meio rural. Assim, pode-se afirmar que a política de reforma agrária restringiu-se a uma política de assentamentos³, não modificando a estrutura agrária do País.

Em suma, percebe-se que o governo FHC, ao longo de sua história, apenas reproduziu o processo de política fundiária de governos anteriores, ou seja, a reforma agrária não foi inserida em um programa de desenvolvimento sustentável, apenas foram distribuídas terras

³ O termo "assentamento" surgiu em 1960 no contexto da reforma agrária venezuelana. Bergamasco (1996, p. 7) tem o seguinte entendimento sobre assentamentos rurais: "a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra". De acordo com Leite (1997), a literatura aponta que o termo "assentados" é originado de sem terra, assalariado, trabalhadores com experiência urbana.

com pequeno apoio financeiro. Os avanços alcançados nos programas de reforma agrária se efetivaram após intensa reivindicação dos movimentos sociais.

Essa política de reforma agrária adotada historicamente no Brasil limitou-se à dimensão espaço-geográfico, ou seja, a política de distribuição de terras, e mesmo assim ainda não conseguiu atender a demanda de terra dos agricultores. Essa política não contempla outras dimensões que se caracterizam pela ênfase na educação e saúde do campo, na valorização da diversidade cultural, na organização de um modo de produção que possibilite relações de trabalho mais justas e acesso democrático aos meios de produção e na participação dos atores sociais nas decisões da sociedade.

A reforma agrária, segundo Garcia *apud* Paula (1991, p. 26),

[...] deve ser parte integrante de uma operação global de desenvolvimento e este consiste em profundas mudanças estruturais na posse da terra; no uso dos recursos; no aparato produtivo; nas relações sociais; na distribuição social da renda na forma de participação dos trabalhadores na gestão econômica.

Souza e Furtado (2004), partindo de experiências com as comunidades rurais, inclusive os espaços da reforma agrária, consideram o conceito de território nas dimensões espaço-geográfico, quando não se observa desenvolvimento ou há apenas início de um processo de desenvolvimento e também se identifica exclusão social e sócio-político e cultural, quando se observa o desenvolvimento.

Desta maneira, ao contrário do modelo de desenvolvimento rural praticado historicamente, surgiu um paradigma que se preocupa com as dimensões ambiental, social, política, econômica, cultural e espiritual, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, a utilização do conceito de território neste trabalho tem como importância possibilitar a identificação de traços de desenvolvimento sustentável nos espaços rurais.

No atual Governo, a política de desenvolvimento rural se preocupa em formular estratégias para o combate à pobreza, tomando como base o desenvolvimento de territórios. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT), visando a obter um retrato das experiências em várias regiões do País, desenvolveu uma pesquisa, em que, inicialmente, mapeou as iniciativas de desenvolvimento territorial rural sustentável. Em seguida, por meio de estudo de caso em dez dessas iniciativas, estudou a metodologia, os fatores de sucesso, os obstáculos e sua forma de superação. A partir

deste estudo, a SDT/MDA apoia iniciativas baseadas na promoção e fortalecimento de ações coletivas identificadas como um território para formar uma rede de aprendizado e cooperação.

Desta maneira, no âmbito do desenvolvimento rural, tanto os formuladores de políticas públicas como os pesquisadores devem incluir os espaços da reforma agrária, pois os números são bastante significativos, sobretudo no Ceará.

O Ceará, considerando os assentamentos federais, apresenta 17.634 famílias assentadas em 307 projetos de assentamentos do INCRA (INCRA, 2004⁴). Já os assentamentos estaduais absorvem 5.751 famílias em 345 projetos de assentamentos, sendo 4784 famílias em 305 projetos contratadas pelo Cédula da Terra, Cédula da Terra-Banco da Terra, Projeto São José-Ação Fundiária e Banco da Terra-Crédito Fundiário e 967 famílias em 40 assentamentos do IDACE (IDACE, 2004⁵). O Município de Canindé possui 1783 famílias assentadas em 50 assentamentos, sendo 1395 famílias em 29 assentamentos federais e 388 famílias em 21 assentamentos estaduais. Esses números de Canindé representam 7,6% do total do Estado do Ceará.

Assim, considerando as conquistas da reforma agrária nos espaços rurais do Ceará, pelos dados apresentados há pouco e a concepção das atuais políticas públicas, alicerçadas na abordagem do desenvolvimento territorial, apresenta-se como medida relevante a necessidade de se conhecer a existência de territórios nesses assentamentos rurais, o que motiva a pesquisadora levantar a seguinte questão: o assentamento Grossos é território?

Pesquisa desta natureza revela-se importante por produzir informações que contribuam na definição das políticas públicas e na organização e gestão dos assentamentos rurais, além de poder despertar estudos em outros assentamentos e comunidades rurais, contribuindo assim para o entendimento da diversidade rural. Jara (2001) discorda da formulação de estratégias e políticas de desenvolvimento homogêneas, frente às peculiaridades existentes nos territórios e comunidades, as quais exigem decisões específicas. Assim sendo, uma política adequada para um grupo de assentamentos rurais pode não ser a mesma para comunidades rurais de outras localidades.

⁴ Dados do INCRA-CE/SIPRA atualizados em agosto de 2004.

⁵ Dados do IDACE atualizados em agosto de 2004.

1.1 Objetivos



Geral

Estudar o Assentamento Grossos, em Canindé-Ceará-Brasil, à luz do conceito de território, sob a perspectiva de desenvolvimento sustentável, se este espaço rural constitui-se um território, com vistas a contribuir na elaboração de políticas públicas voltadas para o espaço rural.

Específicos

Conhecer a memória histórica do Assentamento, buscando identificar a territorialidade; e

analisar os indicadores de território espaço-geográfico e território sócio-político e cultural.

1.2 Organização do Estudo

Em sua estrutura, este estudo está organizado no referencial teórico, tomando por base algumas literaturas nacionais e internacionais sobre a teoria do desenvolvimento em geral, desenvolvimento territorial, conceito de território, territórios rurais e indicadores de território para uma melhor compreensão do que é território. Em seguida, o módulo à metodologia, que situa o leitor na área de estudo, apresenta o tipo de busca e instrumentos utilizados, os métodos de análise e descreve os procedimentos da pesquisa e a organização dos dados. Um outro segmento cuida das evidências empíricas e subdivide-se na memória histórica do Assentamento, em que recobra a história da localidade desde época de Fazenda até constituir-se em Assentamento, e em Grossos: território espaço-geográfico ou território sócio-político e cultural, que analisa se o Assentamento Grossos é um território ou não. E por fim, nas conclusões e sugestões, procura-se responder à questão central e mostrar as contribuições desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

*Em qualquer pessoa do Assentamento a gente tem
confiança de deixar a casa, animais, qualquer coisa que você tiver.*

Francisca Liduina Silva Tavares,
Assentada da Associação dos Grossos, 41 anos

Para desenvolver o estudo, foi necessário o entendimento sobre desenvolvimento, na perspectiva tradicional, desenvolvimento territorial, conceito de território e de territórios rurais e indicadores de território.

O modelo de desenvolvimento tradicional historicamente adotado no Brasil caracteriza-se pela ênfase na questão econômica. Nesse modelo, prevaleceu a crença de que sem crescimento econômico é impossível o bem-estar social. Observa-se, porém, é que esse modelo não foi suficiente para debelar a pobreza, sobretudo nos territórios rurais⁶, resultando em concentração de renda, desemprego, agressão ao meio ambiente e omissão no que se refere às questões agrária e agrícola, as quais estão ainda bastante presentes neste início de milênio e que dificultam a organização dos espaços rurais⁷.

O reflexo negativo desse modelo de desenvolvimento rural na organização dos espaços é visível pela ausência de políticas de reforma agrária, sempre reduzida a uma simples distribuição fundiária e agravada pelas desapropriações em áreas no semi-árido que se encontram em situações bastante precárias.

Um novo paradigma em termos de desenvolvimento está sendo discutido e implementado nos territórios rurais. Este modelo de desenvolvimento não considera só a visão econômica, sendo um grande passo para construir uma sociedade sustentável, pois se preocupa mais com a qualidade do que com a quantidade, tendo seus valores baseados na

⁶ Entende-se por território rural um conjunto de terras agrícolas que possui características homogêneas, sendo constituído por um lugar central, por um conjunto de terras para utilização variada e pela rede de circulação. O lugar central é pólo do território ou o seu centro de organização, a partir do qual se organizam o resto do território e a rede de caminhos, não sendo, necessariamente, o centro geométrico do local. A rede de circulação é representada pelos caminhos e estradas. Os territórios fazem parte do espaço rural (GILLARDOT, 1997).

⁷ O espaço rural é o modo específico de seu uso e da vida social, possuindo uso agrossilvopastoril, estilo de vida dependente das pequenas coletividades e identidade e representação marcadas pela cultura camponesa (KAYSER, 1990).

experiência cultural e humana. Pode-se, com efeito, acentuar que território implica desenvolvimento sustentável.

Numa visão ampliada e sistêmica, o desenvolvimento sustentável⁸ inclui as multidimensões ambiental, econômica, social, política, cultural e espiritual. Elas estão inter-relacionadas e são interdependentes, não podendo ser desprezadas nas equações de desenvolvimento. É a existência de problemas sistêmicos, como a pobreza, o desemprego, a dívida externa, o analfabetismo, a exclusão social e a poluição ambiental, que exigem um desenvolvimento na perspectiva complexa e holística (JARA, 2001).

Tratando da temática de desenvolvimento, Boisier (2000) levanta como hipótese uma incoerência no dimensionamento das variáveis da equação de desenvolvimento territorial, quando prioriza as ações materiais, propondo apoiar-se no conceito de capital sinérgico⁹, potencializando, direcionando e articulando novas formas de capital, ou seja, com caráter intangível, como os capitais cognitivo (conhecimento científico e técnico), simbólico (poder de fazer coisas com a palavra), cultural (acervo de tradições, mitos e crenças, linguagem, relações sociais, modos de produção e produtos não materiais e materiais específicos a determinada comunidade), institucional (mapa institucional de uma região), psicossocial (sentimentos, emoções, lembranças etc.), social (ajuda interpessoal baseada na confiança), cívico (práticas políticas democráticas de confiança nas instituições políticas) e humano (conhecimentos e habilidades), e assim colocar o território no caminho do desenvolvimento. Além desses capitais, o autor cita o natural (estoque de recursos naturais) e o econômico (estoque de recursos financeiros).

O capital intangível considera o desenvolvimento na perspectiva do bem-estar espiritual, prioritariamente, em relação ao bem-estar material.

A dimensão espiritual apresenta, além das múltiplas formas de misticismo, as essências das pessoas, como os valores, as virtudes, as qualidades da compaixão, da solidariedade e do amor pela vida e pela natureza. O capital social, a identidade, os discursos, os pensamentos, os comportamentos e as ações que melhoram a condição humana,

⁸ Desenvolvimento local integrado sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial sustentável todas são expressões semelhantes sendo preferidos os termos desenvolvimento local ou desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento territorial (SOUZA; FURTADO, 2004).

⁹ Entende-se por capital sinérgico: "a capacidade societal (como expressão mais totalizante) de promover ações em conjunto, dirigidas a fins coletivos e democraticamente aceitas, com o conhecido resultado de obter-se assim um produto final que é maior que a soma dos componentes [...] é um estoque de magnitude determinada em qualquer território e tempo, que pode receber fluxo de energia que aumenta este estoque e do qual fluem outros fluxos de energia dirigidos principalmente a articular a outras várias formas de capital" (BOISIER, 2000, p. 5).



preservando o meio e diminuindo a pobreza, são conteúdos dessa dimensão espiritual. Essa pobreza vai além da vida material, mas encontra-se:

[...] nas relações do pertencer social, na identidade cultural, na concepção e na valorização da vida, nas dificuldades de acesso ao conhecimento e às oportunidades de trabalho e na ignorância e no egoísmo quando da apropriação dos recursos não-renováveis e na devastação dos ecossistemas (JARA, 2001, p.102).

Atualmente, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, observa-se uma nova ruralidade, que não se identifica apenas com o setor agropecuário, mas com a articulação entre o rural e o urbano, porém preservando as especificidades culturais, de identidade e relações sociais, o que aponta para uma política rural que contemple outras dimensões. A gestão dessas políticas públicas de natureza multissetorial e territorial apresenta-se como uma das premissas para o desenvolvimento rural sustentável (JARA, 2001). Essa abordagem territorial vem ao encontro de uma melhor gestão dos governos locais e dos territórios que apresentam características sócio-culturais homogêneas, como a identidade dos comunitários e sua memória histórica, além de ser importante na compreensão dos fenômenos que afetam a sociedade como um todo.

Essa perspectiva territorial, integradora das diversas dimensões de desenvolvimento, possibilita à agricultura familiar aproveitar as potencialidades dos territórios, fortalecendo a malha social e a equidade.

A abordagem a ser utilizada neste estudo será o enfoque territorial. Para Sepúlveda *et al* (2003) o enfoque territorial tem uma visão integradora e holística. Os autores destacam seguintes elementos fundamentais: a multidimensionalidade, formando o sistema territorial por meio das dimensões econômica, social e cultural, ambiental, político-institucional e os vínculos entre essas dimensões; a intertemporalidade, articulada numa “visão de País”, independentemente do âmbito (nacional ou microrregional); a “intergeracionalidade”, considerando o desenvolvimento na perspectiva das gerações futuras; e a multissetorialidade, implementando as políticas públicas numa perspectiva integral.

2.1 Territórios Rurais

2.1.1 Aspectos conceituais

Em virtude dessa nova concepção de desenvolvimento, a categoria território passou a ter uso mais intenso nos mais diversos ambientes em que esse conceito, direta ou indiretamente, é discutido.

No meio acadêmico, nas instituições gestoras de políticas públicas e no senso comum em geral, pode-se observar que não existe acordo nem uma compreensão correta a cerca do conceito de território, sendo este confundido com outras categorias de análise - espaço, região, lugar e paisagem.

Para Souza e Furtado (2004), os conceitos relativos ao paradigma territorial presentes na literatura nacional e estrangeira revelam uma miscelânea de denominações, tratando de um mesmo fundamento teórico. No Brasil, verifica-se a presença de modismos e equívocos conceituais em virtude do desconhecimento desses fundamentos teóricos, confundindo gestores e executores de políticas públicas, comunitários e o povo rural em geral.

Território pode ser considerado como a base geográfica da existência social e toda sociedade possui um território (SOUZA; FURTADO, 2004). Eles chamam a atenção para as expressões comumente usadas para o território: “nação ou nações, estado, região, mesorregião, bacia hidrográfica, município, distrito, acampamento, assentamento, povoado, comunidade, reserva indígena, aldeia [...]” (SOUZA; FURTADO, 2004, p. 56).

Esses autores ainda consideram o enfoque territorial como uma estratégia para implementar o desenvolvimento sustentável, que tem na mediação social um processo de construção de ações compartilhadas entre atores sociais capaz de influenciar as políticas públicas e analisar suas práticas.

Souza (1995), tratando do conceito de território, parte da visão reducionista, considerando-o como “território nacional” ou “Estado-Nação”; passa pela noção de espaço concreto¹⁰, surgido na tradicional geografia política; chega a uma abordagem mais abrangente e crítica, interpretando-o como um campo de forças, uma rede de relações sociais que define

¹⁰ Entende-se por espaço concreto aquele apropriado e ocupado por um grupo social e formado pela natureza, patrimônio arquitetônico e paisagem.

um limite e uma alteridade¹¹, e propõe, por fim, uma definição de território - “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, ou seja, que se define a partir do espaço e do poder (SOUZA, 1995, p. 78). Para esse autor, esta é a definição primordial e não as características geocológicas, os recursos naturais e as relações de afetividade e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Tais aspectos são de suma importância para compreender a origem de um território ou do interesse de seu controle.

Esse autor ainda ilustra o alcance socialmente crítico desse conceito, examinando a dimensão territorial do desenvolvimento, em que substitui parâmetros excessivamente estreitos e disciplinares, como os puramente econômicos, ou aqueles atrelados a um determinado universo cultural, como a modernidade do ocidente capitalista, pelos princípios da autonomia e da autogestão territorial. Essa autonomia é entendida como a base do desenvolvimento, ou significando: “o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias” (SOUZA, 1995, p. 105).

Santos (2000, p. 26) desistiu de fazer a distinção entre espaço e território, passando a usar um ou o outro alternadamente, porém definindo antes o que quer dizer cada um desses conceitos e dando prioridade ao território usado para incluir os atores. Ele destaca que

[...] o importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. [...] cada momento da ação social inclui a Terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza.

Segundo Santos (2002, p.16), “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. No território, hoje, são encontrados novos recortes, além da velha categoria de uma construção nova de espaço e o novo funcionamento de território, por meio do que o autor chama de horizontalidade e verticalidade. A primeira é o domínio da contigüidade construída pelos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial; já a segunda é formada por pontos distantes uns dos outros, ligados por formas e processo sociais. O mesmo autor indica também que o território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede, possuindo, assim, os mesmos lugares, os mesmos pontos; contêm simultaneamente funções diferentes e até divergentes, criando solidariedades, mesmo na existência das diferenças entre as pessoas e entre os lugares.

¹¹ Alteridade representa a diferença entre “nós” (o grupo, os membros de coletividade ou “comunidade”) e os “outros” (os de fora, os estranhos).

Ainda para o referido autor, no atual território, o acontecer solidário apresenta-se de três formas distintas: acontecer homólogo, complementar e hierárquico. O homólogo são as áreas de produção agrícola ou urbana, modernizadas em uma informação especializada, levando os comportamentos a uma racionalidade presidida por informação, criando atividades, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área definida. O acontecer complementar coincide com as relações entre cidade e campo e entre cidades, consequência de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Já o acontecer hierárquico são os resultados da racionalização das atividades, sendo feito pelo comando, uma organização, tendendo a ser concentrado e obrigando a pensar na produção desse comando, dessa direção, contribuindo assim para produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço. Conforme o autor, democracia de mercado e o neoliberalismo “são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado” (SANTOS, 2002, p. 19).

Para Sepúlveda (2003, p. 69),

[...] o território é considerado como um produto social e histórico – o que o confere um tecido social único -, dotado de uma determinada base de recursos naturais, certas formas de produção, consumo e troca, e uma rede de instituições e formas de organização que se encarregam de dar coesão ao resto dos elementos.

Souza e Furtado (2004), para fins didáticos, formularam os conceitos de território espaço-geográfico e território sócio-político e cultural, tanto para entender melhor a complexidade conceitual dessa categoria quanto para esclarecer alguns equívocos teórico-metodológicos constatados durante trabalhos com as comunidades. O primeiro conceito refere-se:

[...] exclusivamente a uma área ou a um espaço geográfico onde não se identificam características de desenvolvimento, ou estas estão se iniciando modestamente e pontualmente, e onde há processos de exclusão social. Por sua vez, o segundo [...] é o resultado das ações endógenas e exógenas de desenvolvimento realizadas no primeiro, ou seja, é possível identificar o processo de desenvolvimento, de forma acentuada e abrangente no espaço geográfico estudado, com as características de território já levantadas (SOUZA; FURTADO, 2004, p. 58-59).

Para Haesbaert (2001), o território apresenta duas abordagens: território como espaço físico, substrato material da atividade humana, e território visto como *locus* de relações de

poder e estratégias identitárias. O mesmo autor ainda considera que o termo território é marcado por várias noções e agrupa esse conceito em três vertentes básicas:

[...] jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado; [...] cultural (ista): prioriza a dimensão simbólica-cultural, mais subjetiva, na qual o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço; [...] econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2001, p. 118).

Segundo Geiger (2002), território refere-se a uma extensão terrestre, incluindo uma relação de poder ou posse de um grupo social sobre a terra, também expressa o controle de uma espécie animal, ou indivíduos, sobre uma área geográfica.

Conforme Corrêa (2002), território não é sinônimo de espaço. Para alguns autores, território e espaço apresentam o mesmo significado. O autor ainda considera o conceito de território vinculado a uma geografia que privilegia os sentimentos e símbolos atribuídos aos lugares. Ele ainda define território como o espaço que considera a dimensão política e/ou afetiva.

Haesbaert *apud* Haesbaert (2001) enfatiza que o território envolve as dimensões simbólica e cultural, em que, por meio da identidade territorial, exercem o controle simbólico sobre o espaço vivido, e uma dimensão de caráter político-disciplinar, tratando da apropriação e ordenação do espaço como forma de controle dos indivíduos.

O território não deve ser visto como simples objeto em sua materialidade, nem como um mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador. Assim, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter político, está predestinada a compreender apenas uma parte do poder. Por tradição, a dimensão sobre território nos estudos, seja a política ou simbólico-cultural esteve sempre presente.

Como se pode observar, há divergência entre os conceitos de território. Alguns autores dão ênfase à base cultural, enquanto outros já vêem território como uma reordenação do espaço.

O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção do espaço, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma

representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Para Andrade (2002), a formação de um território confere às pessoas que dele fazem parte a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade, criando assim uma consciência de confraternização entre os circunstantes. O autor admite que a territorialidade pode ser o que se encontra no território e está sujeita a sua própria gestão, como também é a forma de a população se conscientizar de que faz parte de um território, integrando-o. O território e a territorialidade, como categorias temporárias, não sendo nada permanente no espaço e no tempo, encontram-se em constante transformação.

Conforme Sack *apud* Haesbaert (2001, p.120), a territorialidade, além da valorização da tradicional dimensão política, também deve considerar a base cultural.

Assim como a cultura, a tradição e a história medeiam a mudança econômica, também medeiam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra. [...] A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico por meio do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Nos parágrafos anteriores, foi abordado o conceito de território de maneira geral. Em seguida será estudada a concepção de território rural.

Conforme Gillardot (1997), território rural é o conjunto de terras agrícolas que possui características homogêneas, sendo constituída por um lugar central, por um conjunto de terras para utilização variada e pela rede de circulação. O lugar central é o pólo do território ou o seu centro de organização, a partir do qual se organizam o resto do território e a rede de caminhos, não sendo, necessariamente, o centro geométrico do local. A rede de circulação é representada pelos caminhos e estradas. Os territórios fazem parte do espaço rural.

Ainda para esse autor, a organização dos territórios rurais foi, e ainda é, essencialmente agrícola. As atividades agrícolas e as paisagens rurais são baseadas nas tipologias dos campos. Os campos tomam suas características marcantes mediados pelas organizações agrícolas. A divisão dos territórios rurais ocorre entre os espaços incultos e uma multiplicidade de parcelas diversificadas, sendo umas para agricultura e as outras para as atividades não agrícolas. As atividades agrícolas utilizam áreas dos territórios rurais, em função das qualidades das terras, das técnicas, das densidades populacionais e da demanda dos mercados. As estruturas e as

criações em função de múltiplos fatores são escolhidas pelos agricultores. As escolhas são feitas com o emprego de sistemas de cultura e criação.

O mesmo autor ainda considera outro tipo de território: o imbricado. A imbricação dos territórios ocorre quando um território está dentro de outro mais amplo. A hierarquização dos territórios demonstra que o mais elementar está contido em outros do mesmo nível no território mais vasto e esse no mais amplo.

2.1.2 Indicadores de território

Os indicadores fornecem sinais para detectar a realidade dos seus objetivos a serem estudados, sendo de grande importância para o processo de conhecimento da existência de território em determinada realidade.

Conforme Maintz (*apud* COHEN; FRANCO, 1994), o problema básico da pesquisa empírica consiste em encontrar indicadores para dimensões encontradas somente na teoria e que constituirão o objeto da pesquisa. Com esses indicadores, as inferências serão possíveis e válidas.

A seguir será feito um estudo sobre os indicadores de território.

Para a identificação dos territórios rurais, Souza e Furtado (2004, p.59) apontam alguns indicadores tais como:

[...] limites/fronteiras, ecossistema (características e condições edafo-climáticas; bacias e micro-bacias hidrográficas; relevo e paisagem);

modo de produção¹² (acesso aos fatores produtivos e as relações sociais de trabalho – uso e fruto da terra – titulação), explorações agrosilvopastoris (sistema de produção¹³ e itinerários tecnológicos – cadeia produtiva – mercado e inserção, canais de comercialização, agentes, entre outros);

população e densidade demográfica (habitantes, (des) povoamento);

¹² Modo de produção é um conceito da análise marxista e é definido pelas forças produtivas e as relações de produção. As primeiras são forças naturais apropriadas pelo homem, inclusive o próprio homem, para a produção e reprodução de sua vida social, em que a parte material dessas forças (os instrumentos de trabalho e os objetos de trabalho) constitui a base material e técnica da sociedade. A segunda é o conjunto de relações econômicas estabelecidas entre os homens, independentemente de sua consciência e de sua vontade, no processo de produção e reprodução de sua vida social (SANDRONI, 1994).

¹³ “[...] sistema de produção agrícola é um modo de combinação entre terra, forças e meios de trabalho com fins de produção vegetal e/ou animal comum a um conjunto de explorações. Um sistema de produção é caracterizado aqui pela natureza das produções, da força de trabalho (qualificação) e dos meios de trabalho e pelas proporções desse trabalho” (REBOUL, 1976, p. 55-56).

sexo, gênero, geração, raças, etnias, homossexualismo e pessoas com necessidades especiais;

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), índice de exclusão Social (IES), ranking da miséria;

patrimônio e manifestação cultural, identidade (sentimento de pertença, solidariedade e consciência coletiva), coesão social e coesão territorial, capital humano (auto-estima e estado da consciência) e capital social (quantidade, qualidade e suas relações – OGs e ONGs – movimentos sociais/terceiro setor);

relação social e de vizinhança entre as unidades territoriais (comunidades, povoados, distritos), relação do homem e da mulher com o ambiente (natural e construído) e colonização (origem e características);

redes de circulação (estradas e caminhos), redes de comunicação (vínculos, ações coletivas), local em que as decisões são tomadas, características das cidades e dos municípios (urbanos ou rurais), nível de influência entre as cidades, afastamento ou proximidade aos grandes centros, realidade socioeconômica e político-cultural;

políticas públicas existentes, poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), instituições trabalhando com o enforque territorial, entre outros.

O desenvolvimento territorial ora apontado é dependente de capital humano e social, dentre outros. Segundo Jara (2001), esse capital humano corresponde aos recursos humanos capazes de resolver os diversos problemas da sociedade e de empreender processos produtivos integradores e equitativos, ou seja, o capital humano, para Kliksberg (1998), é considerado a qualidade dos recursos humanos. O capital humano também se refere ao estado da consciência, que, para Freire (1989), é caracterizada por ingênua e crítica. Na consciência ingênua há uma busca de compromisso, enquanto na crítica há um compromisso. A FUNDEP (1994) aponta três graus de consciência: a ingênua, quando as pessoas conseguem apontar os problemas, mas não conseguem identificar as causas; a crítica, em que as pessoas identificam os seus problemas e suas causas; e a organizativa, quando elas, além de identificar os problemas e suas causas, são capazes de se organizar e criar mecanismos coletivos de solução para seus problemas.

Já o capital social é a energia que possibilita o trabalho conjunto entre cidadãos. Refere-se à qualidade dos relacionamentos sociais e seus impactos produzidos na vida social e política de uma determinada sociedade; também “diz respeito às normas, às instituições e as organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e na sociedade em seu conjunto” (JARA, 2001, p.106). Esse capital produz cidadãos empoderados, capazes de intervir nas diversas políticas públicas. O capital social também refere-se “a valores partilhados, cultura, capacidade para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade” (Kliksberg, 1998, p. 24).

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, não é possível uma concepção simplificada do capital social. Os conceitos de capital humano e capital social constituem valores e referências indispensáveis à orientação da economia, à articulação do tecido social, à construção de comportamentos solidários, à formação de redes sociais e à definição de complementaridades entre atores.

Segundo Jara (2001, p. 201), para ser solidário, tem que se sentir a necessidade de realizar ações práticas assentadas na confiança, em atitudes de amizade e respeito pelos outros, podendo esse conceito ser definido como:

[...] a solidariedade só emerge quando uma pessoa ou um grupo social manifesta sensibilidade e nutre relacionamentos de fraternidade. O comportamento solidário denota responsabilidade pelos outros, expressa determinação para dar passos concretos e enfrentar obstáculos, visando apoiar os outros, quando necessário.

A construção do capital social depende da expansão das capacidades humana, individual e coletiva, para enriquecer a vida humana, atender as necessidades materiais, mas também a proteção, o afeto, a liberdade, a identidade, o entendimento e a participação.

O cerne do capital social está na confiança que há nos relacionamentos entre as pessoas, os grupos e os atores sociais, que passam a se tratar como iguais ou manter um relacionamento simétrico, horizontal e justo (JARA, 2001). A confiança social mostra o modo de relacionamento com a sociedade e com os pobres, alimenta o social e dá coesão à sociedade civil. O relacionamento de confiança mais o de reciprocidade e de cooperação facilitam a construção de desenvolvimento humano e de capital social. A confiança social, para Putnam (1996), foi um elemento decisivo no desenvolvimento da Terceira Itália, região tradicionalmente pobre e devastada pela Segunda Grande Guerra, pois ela lubrifica a cooperação.

O empoderamento constitui outro elemento básico do capital social, visando a melhorar as habilidades individuais e coletivas. Trata-se de um processo que aponta aos indivíduos e aos grupos sociais a possibilidade de participar ativamente nas ações coletivas e possibilita que as pessoas recuperem ou ganhem controle sobre suas condições de trabalho, de vida e de seu entorno.

O empoderamento é possível quando as pessoas atuam com reciprocidade, respeito mútuo, tolerância e ajuda social, com o propósito de construir, capacidade de atuar na esfera pública, em perspectiva de futuro, com nova consciência, novos acordos e visão estratégica de sociedade (JARA, 2001, p. 113).

A identidade é uma categoria relacionada com o modo de ser das pessoas e é retomada na atualidade com maior força em virtude de diferenças, nas comunidades, entre comunidades, nas nações, entre nações, não serem respeitadas, o que produz conflitos, ameaçando a paz no mundo.

Pereira (1989, p.31) define identidade como: “a qualidade do que é idêntico, derivando etimologicamente de ídem ‘o mesmo’, ‘o que é igual a si’”.

Conforme Castells (2002, p.22), discorrendo sobre a construção da identidade, esta é “a fonte de significado¹⁴ e a experiência de um povo”, pois, para Calhoun, citado por esse autor, não existe conhecimento de um povo sem nomes, idiomas ou culturas, estabelecendo-se de alguma maneira uma distinção entre o eu e o outro e o nós e eles.

Para Castells (2002), referindo-se a atores sociais, a identidade é o processo de construção de significado, tomando como base atributos culturais ou o conjunto desses atributos inter-relacionados.

Esse autor ainda considera a construção social da identidade marcada pelas relações de poder e faz distinção entre três formas e origens de construção de identidade: identidade legitimadora, em que suas origens estão ligadas às instituições dominantes da sociedade, visando ao domínio sobre os atores sociais; identidade de resistência, gerada por atores sociais que se encontram em condições discriminadas, os quais resistem às instituições da sociedade mediante princípios distintos a essas organizações; e a identidade de projeto, que se refere a uma nova identidade produzida por atores sociais, partindo dos materiais culturais acessados e assim redefinem sua posição na sociedade para a transformação da estrutura social.

Para Oliveira (1976, p. 5) há duas dimensões de identidade, a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva), as quais se encontram inter-relacionadas, o que as tornam partes de um mesmo fenômeno. O autor também considera que

[...] a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é um reflexo daquela.

Bezerra (2002), estudando a identidade dos negros, considera que a memória histórica é uma das maneiras pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico, mas, não

¹⁴ Significado é a identificação simbólica, de um ator social, da finalidade da ação praticada pelo mesmo.

podendo pensar nesses lugares apenas como espaços geográficos, eles possuem componentes de ordem da representação e da significação e é em função dos espaços geográficos que os atores sociais instauram suas relações de poder.

Pensar na memória implica mostrar os lugares de memória porquanto ela se “enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, (BEZERRA, 2002, p.126). A autora dá outro sentido de território, deslocando para o campo do significado e sugerindo uma aproximação à idéia de lugar de significação porque é nesses lugares de memória (as festas, a terra, a paisagem, os narradores) que se cristalizam as lembranças e ancoram a pertença ou a identidade.

Conforme Matta (2001), a identidade é marcada pela diferença. Assim, tanto os homens como as sociedades são definidos pelos seus estilos, modos de fazer as coisas, o modo de ser e estar e o jeito de cada pessoa.

Segundo Erikson *apud* Oliveira (1976), a distinção entre identidade e identificação é crucial. Ele considera a identificação como mecanismo de utilidade limitada, enquanto a identidade não é uma soma de identificações, mas uma realidade.

Segundo Rutherford *apud* Woodward (2003), a identidade é marcada pelo encontro do passado com as relações sociais, culturais e econômicas, sendo também a intersecção de vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação.

Woodward (2003), tomando o exemplo dos conflitos entre sérvios e croatas na antiga Iugoslávia, considera que a identidade é relacional, ou seja, há necessidade de outra identidade que forneça condições para a sua existência, sendo assim marcada pela diferença.

O autor revela também que a diferença é sustentada pela exclusão e se baseia em seu exemplo estudado: se você é sérvio, não pode ser croata e se você é croata, não pode ser sérvio. Ele considera a existência de uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa. Sendo assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e está vinculada também à condição material.

Para fundamentar uma discussão sobre a “identidade” e a “diferença”, os estudiosos trabalham nas perspectivas essencialistas e não essencialistas sobre identidade. O autor define a identidade essencialista como algo imutável ao longo do tempo, enquanto a não essencialista é mutável. As identidades não são unificadas, assim podendo existir contradições no interior que possam ser negociadas.

Para Hall *apud* Woodward (2003), o sujeito fala a partir de uma posição histórica e cultural específica, considerando a identidade cultural com duas formas distintas de ser pensada. A primeira busca recuperar a verdade sobre a história, já a segunda é aquela que vê a identidade como uma questão tanto de tornar-se quanto de ser, ou seja, há uma reconstrução da identidade.

A construção das identidades é marcada pelas diferenças, as quais ocorrem nos sistemas simbólicos e nas formas de exclusão social. Nas relações sociais, essas diferenças, simbólica e social, se estabelecem por meio de sistemas classificatórios. A vida social é ordenada por esses sistemas de classificação, afirmando-se nas falas e nos rituais. Na visão de Durkheim *apud* Woodward (2003), a ausência de símbolos torna os sentimentos sociais precários.

A religião foi utilizada como modelo, mostrando o funcionamento dos processos simbólicos, sendo demonstrado por Durkheim que as relações sociais são produzidas e reproduzidas por meio de rituais e símbolos.

A religião constitui para os descendentes negros um evento que delimita a pertença, sendo também o lugar das significações atribuídas à vida social. Ela está presente em todos os espaços e é o horizonte de sentido que se promove à interação com os outros.

As formas pelas quais a cultura estabelece limite e distingue a diferença são necessárias para a compreensão da identidade. A diferença separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, na forma de oposições, em que as identidades são construídas por meio de oposição entre “nós” e “eles”.

A base da cultura está na marcação da diferença, em que, por intermédio de um sistema de classificação, coisa e pessoa ganham sentidos.

Para Gresh (2004, p. 1), as divisões não se encontram mais na luta de classe:

Com a “guerra contra o terrorismo” e o “choque entre civilizações”, as divisões deixam de ser entre os fortes e fracos, entre os opulentos e os deserdados e passem a ser entre “eles” e “nós”. Ou seja, a “luta de classes” dá lugar à bandeira da “luta contra o Outro”, um conflito eterno e sem solução.

A identidade cultural, segundo Matta (2001), pode ser definida como um conjunto de hábitos, idéias, costumes, padrões de comportamento, trabalhos artísticos, literários e folclóricos que formam personalidade histórica.

Conforme Silva (2003), a identidade é simplesmente aquilo que se é: sou brasileiro parece ser uma positividade, uma característica independente, um fato autônomo; assim podendo dizer que a identidade é autocontida e auto-suficiente. O autor ainda considera que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. Quando se afirma sou brasileiro, é parte de uma extensa cadeia de negações, de expressões negativas de identidade, de diferenças. O mesmo acontece com as afirmações sobre diferenças que só fazem sentido se compreendidas em suas relação com as afirmações sobre a identidade. Quando diz ela é chinesa, está negando que ela não é outra coisa. Também as afirmações sobre diferenças dependem de uma cadeia, de declarações negativas sobre identidades, podendo-se assim afirmar que a identidade depende da diferença e vice-versa. Identidade e diferença são inseparáveis.

Segundo Cara (2002, p.262), “identidade adquire valor em geografia a partir do conceito de territorialidade, como categoria relacional espaço-sociedade”.

Para Senecal *apud* Cara (2002, p. 262),

[...] a geografia confronta duas leituras sobre a territorialidade: a primeira enfatiza a capacidade das sociedades de criar suas representações e símbolos, como um modo de compreender e conferir significado a sua própria história e meio ambiente, expressa numa identidade espacial e comunitária; a segunda anuncia o desaparecimento das identidades e o fim dos territórios, sob as forças de estandardização e da mobilidade dos indivíduos.

A territorialidade regional é definida pelo sentimento de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional. Esses conceitos permitem a definição de territórios de identidade, território de pertença, territórios de referência e territórios de ação.

A identidade é materializada pelos símbolos e imagens e só adquirem valor quando incorporados a processos a partir de uma perspectiva endógena, expressando assim uma tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial.

Conforme Cara (2002), a identidade não é procurada para retornar a valores passados; é mais vista como uma construção, reinterpretação dos símbolos culturais.

Na perspectiva de Haesbaert (1999), toda identidade territorial é uma identidade social definida por intermédio do território. De uma forma geral, pode-se afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valor simbólico do espaço pelos seus habitantes.

A construção de marcas territoriais é vista como parte de um mecanismo institucional de transmissão de confiança entre atores sociais e interesses muito diversificados. As experiências sucedidas de desenvolvimento territorial caracterizam-se pela ampliação de relações sociais nos planos político, econômico e social.

Segundo Weeks *apud* Woodward (2003), entre os sujeitos naturais não existe luta na política de identidade, e sim em favor da própria identidade, permanecendo abertas para os valores políticos, podendo validar tanto a diversidade quanto a solidariedade.

Acredita-se dessa maneira que, no Assentamento, possa haver diferentes formas de ser, fazer, agir e de pensar entre os assentados.

Uma vez procede ao estudo sobre território apresentado nesta seção, compreende-se também território rural como o espaço geográfico com base natural, em que os atores sociais desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas, mantendo relações de confiança, praticando solidariedade, construindo identidades, expressando sentimento de pertença pelo lugar e possuindo manifestações culturais.

3 METODOLOGIA

Eu acho a diferença entre uma associação e a outra até politicamente, porque a associação dos Grossos sempre é esquerda e a associação do Bom Destino sempre foi direita. Eles são contra o sindicato, o MST. O trabalho coletivo eles não tem, lá é tudo individual. Eu não tenho conhecimento como são as reuniões deles. A associação dos Grossos existe o coletivo dela e tem o coletivo dos bens que é o gado e o motor

Francisco Antonio Muniz Brasil,
Presidente da Associação dos Grossos, 34 anos.

O estudo foi realizado no Assentamento Grossos, localizado no Distrito de Targinos, Município de Canindé, Microrregião Sertões de Canindé, no Sertão Central do Estado do Ceará.

De acordo com os dados primários coletados no Assentamento e dos dados secundários pesquisados nos documentos do INCRA, o assentamento está situado aproximadamente entre os paralelos de 4° 30' e 4° 32' de latitude sul e os meridianos de 30° 9' e 39° 11' ao oeste de Greenwich. O Assentamento fica a 32 km de Canindé, com uma área de 822,64 hectares; limita-se ao norte com o Assentamento Logradouro I, ao sul com o Assentamento Armadores e Anajás, ao leste com o Assentamento Cacimba Nova e a Fazenda Palestina, e ao oeste com o Assentamento Logradouro II.

Atualmente, o Assentamento possui 20 famílias cadastradas e 4 agregadas, perfazendo uma população total de 133 pessoas. Essas famílias cadastradas fazem parte de duas diferentes associações: a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais dos Grossos, com 28 sócios, e a Associação dos Pequenos Produtores do Bom Destino, com 20 sócios.

No Assentamento, encontra-se a seguinte infra-estrutura: estradas, energia elétrica, galpão, casa de farinha, grupo escolar, casas de habitação, cercas, cisterna, poço profundo, açudes e cacimbas.

As vias de acesso ao Assentamento são constituídas de estradas carroçáveis cortadas por cursos d'água (rios e riachos) que tornam difícil o acesso no período chuvoso.

A rede de energia elétrica estende-se por quase todo o Assentamento, pois apenas uma residência não possui energia.



O galpão é utilizado para o depósito de máquinas, equipamentos e cereais e também é usado pelos sócios da Associação dos Grossos para realização das reuniões. Outra estrutura física importante no assentamento é casa de farinha, utilizada tanto para os assentados como para as pessoas de fora do Assentamento.

No Assentamento, existem cinco açudes e suas capacidades não suportam estiagens longas. A água do poço profundo é salgada e, dessa maneira, a água utilizada para beber é retirada das cacimbas.

O Assentamento é cercado com cerca do tipo arame farpado e se encontra em estado de conservação regular. Os assentados têm a preocupação de estar sempre fazendo vistorias nessa infra-estrutura e esses trabalhos são realizados com a colaboração de vários assentados.

As casas dos assentados, em sua maioria, são de alvenaria e encontram-se em bom estado. Somente um cadastrado tem casa de taipa e as outras deste tipo são de agregados ou casas utilizadas para guardar material.

O grupo escolar é de alvenaria e encontra-se bem conservado. Essa escola também é utilizada para a realização de reuniões entre as duas associações, pois representa um local neutro no Assentamento.

De acordo com CETREDE (1986), os solos dos tipos bruno não cálcico e litólico correspondem a 80% das terras do assentamento e estão enquadrados nas classes IV e VI, enquanto o podzólico e os aluviais representam apenas 20% da área e se enquadram na classe III.

No Assentamento não existe posto de saúde ou qualquer tipo de atendimento médico, de modo que, quando as pessoas adoecem, é necessário levar para a cidade de Canindé ou para o posto de saúde do Assentamento Armadores, que fica localizado na vizinhança e oferece atendimento apenas mensal. No Assentamento também não existe saneamento básico; o lixo não é queimado e não existe tratamento da água de beber. Essa situação pode mais bem compreendida pela narrativa:

A coisa que eu acho que prejudica muito a nossa saúde [...] é a falta de saneamento básico que nós não tem [...], outro problema é quando a gente adoecer, não tem como se cuidar, os meios aqui para nós são muito pouco. Quando adoecer uma pessoa, que vai para o hospital de Canindé, só vai atendido se for caso de urgência. Ali, nos Armadores, vem um médico uma vez por mês. As pessoas daqui do Assentamento que tem problema de pressão alta e as gestantes vão se consultar lá (ASSENTADA da Associação dos Grossos e Agente de saúde, 29 anos).

O Assentamento Grossos pertence à divisão regional da Paróquia de Aratuba, mas também é influenciado pela Igreja Católica Romana de Canindé.

Outros aspectos relativos ao cenário do Assentamento serão apresentados com detalhes no capítulo quarto, que trata das evidências empíricas.

Para a escolha do Assentamento, consideraram-se os seguintes critérios: assentamento com maior tempo de posse da terra e tendo um número pequeno de famílias para permitir o estudo de toda a população; comunidade localizada em região de grande concentração de assentamentos de reforma agrária e de famílias assentadas no Brasil e em região semi-árida; localizado em um dos territórios definidos pelo INCRA e a CEDRS; apresentar características semelhantes à maioria dos assentamentos da Microrregião, o que fará desta pesquisa uma referência para outros estudos.

Ao iniciar o trabalho, foi solicitada a autorização dos assentados e dos atores externos para utilizar as entrevistas e as fotografias na dissertação.

Para realização dessa pesquisa, utilizou-se o censo para estudar as 20 famílias do Assentamento Grossos. Além dessas famílias, também foram entrevistados os agregados, liderança religiosa, liderança do MST e técnicos do INCRA.

Os dados coletados são dos tipos primário e secundário. Os dados primários foram coletados mediante os instrumentos metodológicos: história de vida, observações participativa, conversa informal, entrevistas, caminhada exploratória e leitura de paisagem¹⁵. Na segunda, os dados procedem de várias fontes, tais como: laudo de vistoria, anteprojeto do Assentamento Grossos, material cartográfico, laudo de assistência técnica do Projeto LUMIAR, IBGE (1997) e IPLANCE (1996), entre outros.

A pesquisa foi do tipo descritiva, cujo delineamento é o estudo de caso, tendo como objeto de estudo o Assentamento. Segundo Rudio (1989, p.56), “a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”. Na concepção de Gil (1996) o *case study* é importante por ser de relativa facilidade na coleta e análise de dados, estimular novas descobertas, em razão da sua flexibilidade no planejamento, além de o pesquisador poder focalizar o problema como um todo. Para Contandriopoulos (1997) e Triviños (1987), este delineamento permite uma análise

¹⁵ Leitura de paisagem é um tipo de análise realizada através de percursos sistemáticos de campo que identifica os ecossistemas (relevo, cobertura vegetal), os tipos de agricultura (culturas, criações, disposição no espaço, estrutura fundiária, técnicas, recursos naturais), as infra-estruturas social e produtiva, as condições de vida (GARCIA FILHO, 1999).

mais aprofundada de uma determinada situação ou fenômeno. Por outro lado, Gil (1996) chama a atenção para a limitação do estudo de caso, como a dificuldade de generalização dos resultados, por exemplo.

A pesquisa foi caracterizada como uma abordagem qualitativa. Triviños (1987) considera o estudo de caso como pesquisa qualitativa mais relevante. Neste estudo, recorre-se também à concepção da pesquisa etnográfica¹⁶ e da pesquisa participativa.

Para conhecer a memória histórica do Assentamento, foi empregado o instrumento metodológico história de vida. Para o segundo objetivo, usou-se o método de análise qualitativa, utilizando indicadores para a identificação de território no Assentamento Grossos.

Antes de iniciar a pesquisa, fez-se um contato prévio com as lideranças do Assentamento Grossos, quando se coletaram informações sobre a população, a distância, as associações, a existência de algum trabalho de pesquisa na área e assim foi feita a primeira sondagem da possibilidade de ser realizado um trabalho de pesquisa.

A partir deste momento, iniciou-se a elaboração das perguntas para as entrevistas, tomando como eixo orientador as categorias¹⁷ de análise modo de produção, identidade e pertença, solidariedade, estado da consciência e manifestações culturais.

A pesquisa de campo desenvolveu-se em duas etapas. Na primeira, fez-se a mobilização dos assentados (mulheres, homens, jovens, idosos, crianças) e, na oportunidade, marcaram-se as reuniões de sensibilização com as duas associações do Assentamento para explicar o projeto de pesquisa, enquanto, na segunda etapa, realizaram-se as entrevistas referentes à memória histórica do Assentamento e aos indicadores de território espaço-geográfico e território sócio-político e cultural em constatações locais.

Na reunião de sensibilização (Figuras 1 e 2, Apêndice A), realizada com as duas associações, Associação dos Grossos e do Bom Destino, separadamente, a programação abordou os seguintes pontos: apresentação dos participantes (assentados/as e pesquisadora); objetivos da pesquisa; o Assentamento Grossos como objeto da pesquisa; a operacionalização da pesquisa de campo; aceitação da pesquisa pelos assentados.

Após exposta a programação da pesquisa e seu aceite por parte dos assentados partiu-se para construção do croqui do Assentamento Grossos (Figuras 3, Apêndice A), localizando

¹⁶ Para Matos e Vieira (2001), a pesquisa etnográfica descreve a cultura de um grupo social.

¹⁷ Categoria "se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. (...) significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito" (MINAYO, 2002).

as infra-estruturas (casas, açudes, galpão de reunião), os limites do Assentamento e outros pontos considerados relevantes pelos assentados para facilitar os deslocamentos na área e, desta maneira, a realização do estudo.

Na mesma reunião, construiu-se uma agenda para as visitas a todas as famílias (cadastradas e agregadas) a serem entrevistadas. Também foi previsto um tempo de três horas de entrevista para cada família; entretanto, foram despedidas somente duas horas, e assim ajustou-se a programação.

Na segunda fase, realizaram-se as entrevistas com as famílias assentadas (Figura 4, Apêndice A) a partir de um roteiro (Apêndice B) e o conhecimento do campo e seus objetos por meio de constatações locais.

A memória histórica do Assentamento foi construída mediada pelo conhecimento histórico da comunidade, pela narrativa de cada família assentada e pelos registros nos documentos relativos ao Assentamento.

Nesta etapa, foi recuperada história de vida de cada família, antes e depois de assentados, e a história de Grossos. No momento da entrevista, procurou-se deixar os assentados bem à vontade e sempre incentivando a participação de toda a família. Salienta-se que, no momento das entrevistas, outras perguntas complementares foram feitas para o melhor esclarecimento dos assuntos abordados.

Destaca-se o fato de que o arcabouço desta pesquisa é o conceito de território. Para compreender melhor a complexidade desse conceito e sua aplicação na pesquisa de campo, Souza e Furtado (2004), partindo de experiências com seguintes comunitários consideraram o conceito de território nas dimensões espaço-geográfico e sócio-político e cultural.

Os indicadores referentes ao território espaço-geográfico foram representados pelos limites físicos (rios, serras), vegetação, condições edafoclimáticas (solo, clima, relevo) e hidrográficas (rios, riachos).

Para levantar essas informações, foram realizadas reuniões com as associações e com todas as famílias assentadas, utilizando o conhecimento de geografia da comunidade, além de constatações locais.

Os indicadores referentes aos aspectos sócio-político e culturais foram representados pelo modo de produção (forças produtivas e as relações de produção), sistemas de produção agrícola (força de trabalho, atividades agrícolas e instrumentos de trabalho), mercado



(relações comerciais), patrimônio (casas, instalações, sede da associação etc), meios de comunicação, nível de informações, redes de circulação (estradas e caminhos), distâncias (localidades e grandes centros), relações interinstitucionais (governamentais e não governamentais), inserção de políticas públicas, capital humano (conhecimentos, habilidades, estado da consciência), capital social (confiança, solidariedade, cooperação, empoderamento), lugar das tomadas de decisões, manifestações culturais e identidade (sentimento de pertença).

As perguntas foram feitas em blocos, em dois momentos distintos, para que os assentados não ficassem cansados. Vale salientar que durante o período de campo, mesmo fora do horário das entrevistas, nas conversas informais com os assentados, foram coletados dados de grande utilidade para a pesquisa.

Todas as narrativas foram gravadas e sempre tendo o cuidado para que na hora da gravação não inibisse os assentados.

No momento das entrevistas com os assentados, foi citada a participação de alguns atores sociais externos ao Assentamento que também fizeram parte da história, como poderá ser visto nas evidências empíricas. Alguns desses atores (liderança religiosa, liderança do MST e técnicos) foram entrevistados, tendo-se também utilizado um roteiro de entrevista (Apêndice B).

Além das entrevistas, também foi feito o reconhecimento da área do Assentamento, visitando-se as parcelas, as áreas produtivas, os limites do Assentamento e entre as associações, as infra-estruturas, a vegetação, os tipos de solos. Os instrumentos de trabalho e o rebanho também foram observados.

Durante a pesquisa de campo, fez-se um intervalo de vinte dias entre a primeira visita e a segunda, oportunidade em que se, procurou melhorar as perguntas para as entrevistas. Depois de concluída a pesquisa de campo, foram feitas as transcrições das entrevistas.

Para atender ao primeiro objetivo, a memória histórica do Assentamento, os dados foram organizados dispondo as narrativas dos assentados em ordem cronológica, partindo desde o período de Fazenda Grossos, passando pelo momento de luta e conquista da terra até a fase de assentamento.

Para o segundo objetivo, também foram utilizadas as narrativas dos assentados, mas organizadas de acordo com a seqüência dos indicadores de territórios espaço-geográfico e sócio-político e cultural. Dentre os indicadores analisados, deu-se ênfase às categorias de

análise modo de produção, identidade e pertença, estado de consciência, solidariedade e manifestações culturais, as quais foram utilizadas como eixo orientador da pesquisa.

Desta maneira, o Assentamento Grossos será considerado um território se os indicadores de territórios espaço-geográfico e sócio-político e cultural estiverem presentes na realidade estudada.

4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Eu me lembro do caso do cultivador, o agricultor refletindo: 'quando eu estou trabalhando num roçado que o meu cultivador está servindo para os outros, ele está sendo instrumento da mão de Deus, mas quando eu estou alugando meu cultivador aos outros e trabalhando só para mim, ele não está sendo instrumento de Deus'.

Moacir Cordeiro Leite¹⁸,
Vigário da Paróquia de Aratuba, 66 anos

4.1 A Memória Histórica de Grossos

A Fazenda Grossos

Ao longo da história da Fazenda Grossos, segundo os documentos analisados e os depoimentos dos assentados, houve quatro proprietários privados: Clóvis Peixoto de Alencar foi proprietário até o ano de 1959; Mário Eugênio Figueiredo, de 1959 a 1970; José Evandro Furtado, de 1970 a 1978; Ivan Cruz Furtado, Ana Luiza Cruz Furtado Ribeiro e Silvia de Abreu Cruz Furtado, filhos de José Evandro Furtado, foram os proprietários de 1978 a 1985; com a morte do pai, o Sr. João Batista, titular do Cartório de Baturité e parente da família, ficou como procurador, exercendo pleno poder sobre o imóvel.

As relações de produção na propriedade privada, até 1970, se caracterizavam pela obrigação dos agricultores a prestar três dias de serviços por semana ao patrão, a pagar uma renda de 50% sobre a produção do algodão e 30% sobre o milho e o feijão. Os agricultores eram também obrigados, pelo proprietário, a vender sua parte de algodão por um preço baixo; além dos mais os restolhos de milho, feijão e algodão deveriam ficar para a alimentação dos animais do patrão, conforme expressa o agricultor:

O morador dava três dias de sujeição por semana e plantava algodão de metade e depois o patrão ainda diz que o morador não enricou porque não quis. O que eles faziam era tirar o couro do pobre (Assentado da Associação do Bom Destino, 52 anos).

¹⁸ Atualmente o padre Moacir é vigário da paróquia de Cascavel.

A partir de 1970 até 1978 não havia mais a obrigação dos agricultores ao pagamento dos dias de serviços ao patrão, entretanto, ainda permanecia o pagamento da mesma renda, cobrada no período anterior, para as culturas do algodão, milho e feijão, além da obrigação de deixar os restolhos culturais para os animais do proprietário.

De 1978 a 1985, quando a Fazenda Grossos estava sob a responsabilidade de João Batista, já não existia mais o pagamento da renda para as culturas do milho e feijão, mas os restolhos dessas culturas ainda ficavam para o proprietário. Os agricultores estavam cansados de ser explorados e alguns deles resistiam, conforme afirma um técnico:

Os moradores da Fazenda Grossos despertaram e iniciaram, então, a luta contra o elevado grau de exploração a que eram submetidos. Uma das primeiras conquistas dessa luta foi a redução da renda da terra, paga na forma de “meia do algodão”. Tal forma de apropriação dos produtos do trabalho alheio era fonte de revolta dos moradores que, além da “meação no algodão”, eram obrigados a liberar os restolhos (palhas) das culturas alimentares (milho, feijão e outras) e a rama do algodão, como forragem para o gado da fazenda. Com a orientação da Igreja (CEB) baseada no Estatuto da Terra e com a mediação do STR de Canindé, a percentagem de 50% da produção de algodão, paga como renda para o proprietário, foi reduzida, num primeiro estágio da luta, para 30% e, depois, para 20% (Chefe¹⁹ da Divisão de Assentamentos do INCRA-CE, 61 anos).

Ainda neste período, os agricultores pagavam um percentual de renda sobre a produção da cultura do algodão, o qual foi diminuindo, ao longo desses anos, de 50 para 10%, até não mais pagarem, como pode ser visto nesse depoimento:

[...] aí depois entremos em um acordo com o patrão de pagar 30% né, depois para 10%. Aí ele quis engrossar o cangote para não receber os 10%. Aí a negrada já estava todo mundo combinado, conversado né, por isso, ficava com os 10% ou não tinha nada [renda] né. Foi indo, foi indo, assim ele ainda recebeu [a renda de 10%]. Aí do meio por fim, no final de dezembro [do ano de 1984] ficamos no que está [sem pagamento de renda] (Assentado da Associação dos Grossos, 46 anos).

Numa passagem dos Manuscritos Econômico-Filosóficos Marx, discorrendo sobre a renda de terra, apóia-se em Smith e comenta que os senhores de terras gostam de colher onde não plantaram e exigem uma renda pelo produto da terra.

Naquele momento, a Igreja tinha muita influência na comunidade, como expressa esse relato:

¹⁹ O entrevistado foi chefe, em 1986, e também Orientador do Projeto de Assentamento da Fazenda Grossos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) entre 1978/1986.

[...] tinham uns patrões de fora que sempre botavam o gado lá [no Assentamento] e todos eles [assentados] eram contra, porque ali era um grande lugar de pastoreio do gado dos patrões. Ai eles passaram a tirar o gado, pela a nossa orientação; primeiro era cercar a terra. [...] eles [patrões] sempre diziam: hora a polícia chega aqui um dia e pea no lombo de vocês, o padre vai preso, vai expulso, vocês ficam aqui. Então foi criado também esse medo (Vigário da Paróquia de Aratuba, 66 anos).

Nesse período, as terras passaram a ser utilizadas exclusivamente para a criação de gado. As atividades agrícolas dos trabalhadores ficaram restritas apenas às terras que já tinham sido utilizadas naquele ano, enquanto as terras de matas ralas, as capoeiras, não poderiam mais ser plantadas. Vale salientar que, nessa época, os proprietários de terras chegaram até a colocar os animais dentro das roças dos moradores antes de terminar a colheita das culturas, como é retratado no relato de um técnico:

Com a morte do antigo proprietário, se não me engano, por volta de 1978, os herdeiros, por intermédio de novos administradores, quiseram quebrar os acordos vigentes com cerca de 11 famílias que moravam a 20 e, até, a mais de 40 anos na fazenda. Proibiram os moradores de criarem gado bovino e outros animais, de “botarem novos roçados”, isto é, de fazerem derrubadas de matas para a abertura de novas áreas de cultivo. E isto ocorria, num processo produtivo de sistemas itinerantes de cultivo, em que, após certos anos de uso, as áreas cultivadas necessitavam de repouso (pousio), para a reconstituição natural da fertilidade dos solos. Ocorreram ainda outras formas de maus tratos e de desrespeitos às famílias. Houve, inclusive, provocação proposital de prejuízos para os moradores, em decorrência do fato de “jogar o gado da fazenda nos roçados” antes de as famílias concluírem as colheitas dos diferentes produtos (principalmente do milho e do algodão) componentes dos consórcios de culturas do sistema de produção praticado em Grossos (Chefe da Divisão de Assentamentos do INCRA-CE, 61 anos).

Esses depoimentos que mostram as relações de produção, a restrição das terras para plantar e também a falta de respeito com os agricultores, revelam o poder dos latifundiários sobre os camponeses.

As relações de produção de Grossos melhoraram para os trabalhadores com os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) realizadas pela Paróquia de Aratuba, por intermédio dos Padres Moacir Cordeiro Leite e José Maria Costa. Esse fato é confirmado pelo relato de um assentado:

O padre Moacir e o padre José Maria começaram a participar de um trabalho de conscientização das comunidades. As pessoas se reuniam para discutir religião, discutir os problemas também internos da comunidade né, problemas de saúde, de educação, essas coisas todas, além da religião. Daí que discutimos os problemas da gente. Um dos problemas que a gente discutia também, e descobriu, era só que a gente achava um negócio muito pesado se viver numa terra, uma coisa que Deus fez pra gente, a gente pagar renda né, para poder pagar aluguel, para poder sobreviver né, por causa disso a gente achou, que em vez de vender [a terra], quem poderia ser os donos era nós mesmos (Líder e assentado da Associação dos Grossos, 62 anos).

Os padres construíram a base da organização na comunidade de Grossos e de todos os movimentos reivindicatórios naquela região. Esse trabalho da Igreja foi comentado pela comunidade da seguinte maneira: “O padre Moacir era uma pessoa como a gente, [...] ensinava a gente se organizar, ele trabalhava assim, de se reunir e conversar. Tinha uma boa comunicação” (Assentado da Associação dos Grossos, 58 anos); “Quando a gente começou aqui como já foi dito, já era comunidade tangida pelo sacerdote que era o padre Moacir, ele incentivou muito aqui nas reuniões, na organização e em tudo” (Assentada da Associação dos Grossos, 63 anos).

O padre Moacir morou 32 anos em Aratuba. Começou o trabalho em Grossos em 1971. Como diz o assentado: “O padre Moacir começou esse trabalho aqui em 1971. [...] daí para cá foi um dos pivôs de nossa comunidade”, (Assentado da Associação dos Grossos, 46 anos). O primeiro gesto dele foi renunciar aos meios de transporte, pois achava mais interessante andar a pé, em razão de propiciar o conhecimento melhor das pessoas e ter a oportunidade de andar de casa em casa. O padre fazia reuniões, celebrações e suas práticas sempre estavam relacionadas com a vida da comunidade. Também foi muito perseguido pela polícia, pelo fato de defender e trabalhar pela justiça social e pela melhoria de vida das comunidades. Segundo a opinião de um técnico, “a animação das CEBs, nessa comunidade era coordenada pelo um corajoso vigário [padre Moacir] e grande aliado das lutas por justiça social e por melhores condições de vida para os seus paroquianos e para os demais trabalhadores do campo” (Chefe da Divisão de Assentamento do INCRA-CE, 61 anos).

As atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias, nesta época, estavam voltadas para a pecuária e a agricultura, em explorações de pequena escala, suficientes para atender apenas a subsistência da família.

Conforme os assentados, essa agricultura de subsistência vem passando de geração para geração e mantém as mesmas atividades agrícola e pecuária: “Eu sempre trabalhei na agricultura, plantava milho, feijão, mandioca, jerimum, horta. Na pecuária criava caprino, ovino e bovino” (Presidente da Associação dos Grossos, 34 anos).

Os agricultores não tinham a liberdade de plantar e criar conforme queriam, pelo fato de o patrão não liberar mais terras para essas atividades.

Em 1981, os trabalhadores souberam que João Batista estava vendendo a fazenda para um criador de gado da região - Francisco Guido Pereira de Alencar - que tinha a intenção de

indenizar os moradores e retirá-los do imóvel. Os moradores se reuniram e foram falar com João Batista, para pedir a preferência de compra do imóvel, mas a proposta de preço de venda foi muito alta. Daí, então, a comunidade solicitou ajuda dos órgãos envolvidos com a questão agrária, tais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé - STR, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o Instituto de Terras do Ceará - ITERCE e a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA, para intermediar a negociação.

Os referidos órgãos tentaram ajudar no processo de desapropriação da terra, mas o negócio não foi realizado, pois João Batista não apresentou os documentos para que o processo de aquisição pudesse evoluir normalmente e dificultou o contato do INCRA com os herdeiros da propriedade. Havia a percepção do desinteresse da venda do imóvel, já que o proprietário pretendia continuar criando gado, sem ter nenhum gasto, pois era a comunidade que conservava a fazenda.

A falta de interesse de João Batista motivou cada vez mais a luta dos trabalhadores da comunidade para a desapropriação da Fazenda Grossos.

Em todo o processo de luta e conquista da terra em Grossos, o incentivo, a orientação e as informações passadas pelos técnicos que defendiam uma reforma agrária foram de fundamental importância para que os agricultores obtivessem êxito nessa questão. Segue a narrativa sobre essa luta dos trabalhadores da comunidade para a desapropriação do imóvel.

[...] fizeram uma carta e uma baixa assinada e mandaram para o INCRA. Foi aí que começaram. Meu pai [Moacir Viana já falecido] e o finado Gregório [pai do assentado Francisco Antônio Muniz Brasil] foram ao INCRA com esse documento, aí por lá, levou a luta para frente né. [...] O Raimundão disse: olhe vocês não canse de mandar o documento, pode mandar uma semana, uma vez, duas, três. Nessa época era o Eudoro Santana e o Dr. Raimundo que vivia lá. [...] Nesta época tinha o Antonio Celestino, que era o gerente de lá [fazenda Grossos]. Aí ele [Antonio Celestino] veio aqui [...] Moacir sabe o que o Guido mandou dizer: se deixasse ele comprar a fazenda aqui, ele tira 100 hectare para você; com essa terra aí, você trabalha, faz o que você quiser é sua não tem nenhum problema com você, aí os outros se ajeta aí. A resposta que o pai [Moacir Viana] deu para ele foi o seguinte: 'Antônio eu comecei mais os companheiros aqui, vou ficar aqui mesmo, se eu ganhar é mais eles e se eu perder é mais eles'. 'Rapaz deixe de ser tolo. Você vai perder 100 hectare de terra para você viver tranquilo aí sem nem um problema'. 'Comecei com eles, se nós ganhar, ganha junto, se perder perde junto'. [...] O que mais proibia ao Guido comprar era porque o papai era o mais velho, tinha muita capoeira com raiz [mandioca e algodão] aí, junto com a turma né, podia dá mais força a proibição do Guido comprar. [...] Passamos cinco anos nessa batalha. Aí quando foi em 1985 o Eudoro Santana junto com o Dr. Raimundo falaram sobre a desapropriação, aí ele foi e disse que ia levar os documentos e vocês pode se prepararem que vocês vão receber o natal de vocês, aí que natal foi esse: foi a notícia de desapropriação, isso no dia 9 de dezembro de 1985 (Assentado da Associação dos Grossos, 46 anos).

A luta pela desapropriação foi um momento de muita ansiedade, angústia e inquietação por parte da comunidade. As pessoas da comunidade não tinham horário para fazer reuniões, faziam cota para organizar os documentos da desapropriação e para encaminhá-los para Fortaleza. Veja-se o depoimento a seguir,

[...] para desapropriar aqui, foi um sofrimento muito grande que a gente passou, primeiro a gente não tinha nada, o tempo muito ruim, o tempo de seca e a gente ainda tinha que fazer vaquinha para as pessoas viajarem para Fortaleza, era tudo muito sacrificoso (Assentada da Associação dos Grossos, 63 anos).

Percebe-se que todos os assentados reconhecem a ajuda dos atores sociais externos, pois seus trabalhos foram de grande importância para a conquista da terra, como se pode observar neste relato:

Quando essa fazenda passou a ser assentamento foi uma luta dos moradores. A comunidade agradecia muito ao padre Moacir que deu uma força de 100% para essa terra ser desapropriada. Aqui teve outros como o Raimundão que deu um grande apoio aqui e daí para cá foram muitas reuniões, muita luta do pessoal mais velho né, eu era muito jovem ainda. A ajuda deles é que eles reuniam o pessoal e dava mais ou menos um sentido como era que a comunidade podia conquistar esse assentamento né, que foi a época que o Raimundo Ferreira trabalhava [...], aí ele teve explicando tudinho, pode fazer o abaixo assinado, o ofício, enviar para o INCRA, que se dependesse dele [Raimundão] estava para ajudar né, aí deu certo (Presidente da Associação dos Grossos, 34 anos).

O sentimento que os comunitários expressavam antes de ser assentados era de que não tinham liberdade de criar e plantar como queriam. Trabalhavam muito e ao final do ano agrícola ficavam apenas com parte do que produziam. Abaixo segue a expressão desse sentimento:

Antes de ser assentado me sentia um pouco preso né, e a gente morando com o patrão não é como a gente vive hoje, aqui a gente tem o direito de criar, plantar, trabalhar bastante e fica para gente né, e na época do patrão é só do jeito que ele queria né (Assentado da Associação dos Grossos, 32 anos).

Percebe-se dos pronunciamentos que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, os assentados acham melhor a vida de hoje do que aquela nas condições de moradores.

A comunidade Grossos era administrada por um gerente. Esta situação dificultou o entendimento com os trabalhadores. Em 1983, com a saída do gerente Deda, João Batista

contratou Francisco de Castro (Chico Nicácio²⁰), para a condição de responsável pelo manejo do gado da propriedade. Os antigos moradores posicionem-se contra a contratação de Chico Nicácio; mesmo assim, ainda hoje essa família continua morando na propriedade. Quando da contratação, juntamente com Chico Nicácio, vieram os filhos João, Antonio e Evaristo. José Rodrigues, o outro filho, já era morador. Atualmente os quatro filhos são assentados.

O Assentamento Grossos

O momento da reforma agrária em 1985 coincidiu com o início da Nova República e pela primeira vez o Brasil fez um plano nacional de reforma agrária. Naquela época os movimentos sociais, juntamente com a CEBs, trabalharam para que esse plano fosse implementado.

Abaixo é apresentada a narrativa de um técnico sobre esse momento:

Foi um período de reflexão, de muitas discussões e também de participação, de luta e de pressão dos trabalhadores sem terra e dos assentados por uma efetiva reforma agrária. Os assentados provenientes de lutas por direitos desenvolvidas em Comunidades Eclesiais de Base – CEBs procuravam criar e fortalecer suas organizações associativas. Além do tradicional apoio da Igreja Católica, os assentados buscavam apoios para suas lutas junto a profissionais aliados. No período da desapropriação dos Grossos, o MST começava a se organizar no Ceará. No comando da luta, nessa fase inicial de estruturação do MST no Ceará, estavam o Zé Rainha e a Fátima Ribeiro (ambos oriundos do Espírito Santo) que, posteriormente, passaram a contar com reforço do representante da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, conhecido como Chicão (originário de Santa Catarina). No período de instalação do Projeto de Assentamento Grossos, houve as primeiras ocupações de latifúndios improdutivos no Ceará (Chefe da Divisão de Assentamentos do INCRA-CE, 61 anos).

Para alívio dos trabalhadores daquela Fazenda, após cinco anos de luta, saíram vitoriosos. O imóvel foi desapropriado por decreto do Governo Federal nº 92.098, de 09 de dezembro de 1985, com imissão de posse em 5 de março de 1986.

Com a desapropriação, os agricultores passaram a ter acesso, na qualidade de proprietários, de um dos principais elementos que compõem força produtiva - a terra. Com isso, as relações de produção também se alteraram. Para Burlatski (1987, p. 164),

²⁰ O antigo gerente, atualmente é agregado no Assentamento Grossos, pai de quatro assentados cadastrados e outro agregado e representa o patriarca dos "Nicácios".

[...] à medida que se desenvolvem as forças produtivas, mudam e reorganizam-se respectivamente as relações de produção. Os homens transformam o seu modo de produção quando surgem forças produtivas novas; ao mesmo tempo, eles mudam as relações de produção e todas as relações econômicas necessárias apenas no quadro do modo de produção dado.

As famílias²¹ que compõem o Assentamento Grossos são originárias dos Municípios de Canindé (Grossos, Armadores, Cacimba Nova, Lages, Lajinhas, Logradouro, Suçuarana, Tiracanga e Vagem da Ema), Aratuba, Aracoiaba, Baturité e Capistrano, porém a sua maioria é da localidade de Grossos ou da sua circunvizinhança.

Depois que a Fazenda Grossos passou a Assentamento, o espaço utilizado pelas famílias assentadas era o mesmo, ou seja, a área total do Assentamento (Figura 5, Apêndice A), a comunidade continuou no mesmo sistema: efetuando reuniões, trabalhando em atividades coletivas e plantando milho e feijão. Alguns assentados cultivavam também mandioca, fava, algodão, batata doce, cebolinha e coentro. Na pecuária, criavam bovinos, ovinos, caprinos, suínos e as aves galinha, peru, capote e pato.

No início do Assentamento, as famílias permaneceram utilizando as mesmas terras dos plantios anuais que já trabalhavam quando fazenda, distribuindo as terras melhores de aluviões por igual. O local das vazantes e das brocas, para fazer os novos “roçados” (plantios), era decidido nas reuniões.

Qualquer decisão a ser tomada obrigatoriamente deveria passar primeiro por uma reunião com todos os assentados. As viagens para a resolução de problemas do Assentamento ficavam a cargo dos mais velhos, a exemplos de Moacir, Souzinha e Raimundo Mauricio, que também mobilizavam os assentados para a organização, em conjunto, do Assentamento. Isto pode ser compreendido pelas narrativas de alguns assentados: “Todo assentamento participava das reuniões para tomar decisões. Para sair tinha uma equipe que era o finado Moacir e Lauriano” (Assentado da Associação do Bom Destino, 54 anos);

O finado Moacir foi quem lutou mais por essa terra aqui, ele era quem mais ia as viagens. Também o finado Souzinha, irmão do Raimundo Lauriano [Raimundo Mauricio], lutou muito para cá né. A luta deles foi viajando, não sei porque, mas quem viajava mais eram eles. O povo já era acostumado botar eles para Fortaleza. Eles tinham mais jeito de conversar né [...] ele lutou muito por isso aqui, como a gente trabalha aqui considera que é da gente. Hoje não, todo mundo já sabe andar né, primeiro sempre esperava por um né. Ah! bota fulano que fulano é mais velho sabe conversar né (Assentada da Associação dos Grossos, 41 anos).

²¹ Na entrevista com os assentados, foram consultados quanto à origem apenas o pai e a mãe, embora o restante da família (os filhos), em sua maioria, tivesse nascido em Grossos ou na circunvizinhança.



Depois de seis anos de assentamento, em 16 de dezembro de 1991, foi fundada a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Grossos. Apenas cinco assentados não fizeram parte dessa associação, dos quais quatro pertenciam à família dos Nicácios. Havia a rejeição da família dos Nicácios em participar da associação, em razão dos resquícios deixados de estreita relação com o proprietário da fazenda Grossos, sendo o patriarca dos Nicácios considerado como ainda um “antigo gerente” da Fazenda. Segue assim o relato do motivo da não-aceitação dos Nicácios nessa associação:

[...] O pessoal que chegaram de fora, eles [os Nicácios] eram praticamente contra nós [...] eles eram a favor do patrão. Eles não faziam parte de nossa luta, eles estavam lutando contra nós, aí a gente não podia contar com eles né (Líder e assentado da Associação dos Grossos, 62 anos).

No plano Terra Brasil de 1991, que trata do parcelamento nos assentamentos, aprovada no Governo Collor, iniciaram-se em Grossos várias discussões em torno da seguinte questão: o Assentamento deveria ou não ser parcelado?

O parcelamento no Nordeste, sobretudo no Ceará, torna-se complicado, pois a qualidade das terras, tanto em fertilidade como em profundidade, é muito reduzida e de distribuição irregular.

O Governo Collor incentivou o individualismo nos assentamentos de reforma agrária por intermédio da política agrária do parcelamento. O parcelamento não recebeu a devida discussão pelas instituições governamentais que intervieram no Assentamento Grossos. A importância do trabalho comunitário amplamente discutida com os agricultores desde o tempo de fazenda Grossos não foi respeitada pelos técnicos que implementaram a política pública de parcelamento. Em contrapartida, essa política originou tendências ao individualismo. Segue-se a visão de dois atores sociais externos que trabalharam para a desapropriação do Assentamento:

Esses assentamentos que nasceram sobre a inspiração da igreja, do PT, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras instituições sempre tiveram uma consciência de que a terra deveria ser comunitária. Quando Collor de Melo assumiu o governo inventou de dividir a terra e teve muitas reações e alguns em razão da posição do superintendente [Airton Bezerra] foram obrigados a dividir as terras. Muitos [assentamentos] entraram num processo até de tensão com o próprio INCRA para não fazer isso, como é o caso de Santana, alguns assentamentos da área de Canindé também, mas os assentamentos que acabaram sendo obrigado se não, não recebia os recursos [...] até porque isso é um absurdo no semi-árido: você dividir a terra, mas fizeram até de forma teórica, na verdade mesmo aqueles que

fizeram continuaram trabalhando de forma organizada, de forma comunitária, mesmo tendo feito a divisão (Superintendente²² Regional do INCRA-CE, 67 anos).

Quando surgiu o problema do loteamento, aí foi um ponto fértil para a família Nicácio, geralmente eles criticavam que outros trabalhavam pouco, com aquela história do campo comunitário [...] enquanto eu pude, eu barrei (Vigário da Paróquia de Aratuba, 66 anos).

Quando o INCRA implementou a lei do parcelamento, não houve um debate com a comunidade para saber o que era melhor para os assentados, o que houve foi incentivo por parte de alguns técnicos do INCRA, os quais diziam para os assentados que para as pessoas com terras parceladas eram mais fácil de conseguir crédito. Esse momento pode ser entendido nas narrativas abaixo:

Nós estávamos aqui quando chegou um carro cheio de gente que vinha dividir o terreno todinho, parcela por parcela para todos os assentados. Aí nós não aceitamos, isto é, os dez [assentados] que trabalha no comunitário já os outros aceitaram. O pessoal do INCRA chegou com aquela conversa que ia ser muito bom porque o governo ia dá tudo que o sujeito precisava na mão, nós ia ter nosso carro bom de passeio ia ter tudo enquanto, aí nós não aceitamos nós adquirimos o terreno foi comunitário e a gente quer continuar nele comunitário (Assentado da Associação dos Grossos, 54 anos).

[...] mas acontece que quando chegou o caso deles, o pessoal dos Grossos, foi direto com o INCRA. A gente notou que quando estava fazendo isso [acordo entre o INCRA e o Assentamento] as pessoas mais individualistas queriam o desejo do INCRA. Os mais comunitários eram mais resistentes, porque o pessoal do INCRA quando se encontravam com eles sempre diziam: se as terras forem parceladas vocês vão ter direito a crédito, se for comunitário aí depende da comunidade, tem mais problema. O principal era o econômico. E eles lá já pegaram isso aí, é tanto que os Nicácios se animaram muito (Vigário da Paróquia de Aratuba, 66 anos).

Com o parcelamento, a morfologia agrária do Assentamento foi modificada, ficando dez assentados utilizando a terra de forma coletiva, mesmo tendo suas terras demarcadas, e nove de forma individual (Figura 6, Apêndice A). Constata-se isto a partir da versão deste assentado:

Aí o INCRA veio dividiu a terra em parcelas, aí ficaram nove em parcela e o restante não aceitaram.[...] ficaram individual nove pessoas, era nós quatro os Nicácios, Quincó, Lourdes, Carlos, Chico Bastos, Chico Marcolino (Assentado da Associação do Bom Destino, 48 anos).

²² Superintendência exercida na época da desapropriação de Grossos.

Os nove assentados que optaram pelo parcelamento cinco não faziam parte de nenhuma associação e quatro faziam parte da Associação dos Grossos. Os dez assentados que não aceitaram essa política pública de divisão da terra pertenciam à Associação dos Grossos. Abaixo são apresentadas as narrativas dos assentados que optavam pelas terras parceladas:

É o seguinte: a conversa do parcelamento veio do Tiracanga e do Logradouro 2, aí nós estávamos na reunião, aí eles falaram, rapaz, estão dividindo as terras já no Logradouro 2, nem que seja ao menos uma pessoa que queira as terras dividida, eles dividem tudinho, aí eu estava na reunião sozinho essa noite. Aí perguntaram para levantar o dedo quem queria a terra dividida, aí eu levantei o dedo. Olha aí, só um teve coragem de levantar o dedo [falou o técnico do INCRA]. Eu disse, é mas eu estou levantando aqui, eu quero contar o porque, é o seguinte eu estou votando para terra ser dividida, não era para eu está votando não, mas devido a falta de organização dentro do Assentamento, é por isso que eu estou votando. Hoje para a terra ser dividida ou que seja bom ou que seja ruim a gente vai testar, então, ficou nove a favor das terras parceladas e dez sem ser parcelada (Presidente da Associação do Bom Destino, 45 anos).

Quer dizer que agora está melhor com o parcelamento. Antes da terra não ser parcelada a gente ia brocar num canto aí tinha gente que dizia: não, isso aqui é minha frente, não pode brocar, casse outro lugar, até que hoje todo mundo tem sua parcela, se não plantam é porque não querem (Assentado da Associação do Bom destino, 51 anos).

A família dos Nicácios, juntamente com um assentado sem associação e mais outros quatro assentados oriundos da Associação Grossos, fundaram a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Bom Destino, em 12 de setembro de 1996. Esses quatro assentados saíram da Associação dos Grossos porque estava sendo criada uma associação entre as pessoas que possuíam terras parceladas.

A origem da Associação do Bom Destino também está relacionada com a forma de trabalhar da família dos Nicácios, conforme confirma o padre:

Eles achavam que perdiam tempo, porque outros trabalhavam menos e eles trabalhavam mais. Se eles trabalhassem só no roçado deles, era mais proveitoso. Então eu acho que é daí que surgiu a história da Associação dos Nicácios (Vigário da Paróquia de Aratuba, 66 anos).

Os nove cadastrados da Associação do Bom Destino passaram apenas um ano nessa associação, pois houve um desentendimento do então presidente Carlos com a família dos Nicácios (quatro sócios) e por causa disso saíram da associação Carlos e, juntamente com ele, Lourdes, Marcolino e Chico Bastos, ficando na associação do Bom Destino cinco cadastrados, sendo quatro da família dos Nicácios. Dos assentados que saíram da Associação do Bom

Destino todos se associaram à Associação Grossos, com exceção de Chico Bastos, que saiu do Assentamento, ficando Eliane, sua esposa, a cadastrada, que também hoje pertence à Associação dos Grossos. Os três novos sócios da Associação Grossos não participam do dia de serviço coletivo, pois cuidam de suas parcelas, mas pagam a taxa de R\$ 0,50 por mês, assim como os demais.

Na Associação do Bom Destino, os associados não pagam taxa; quando precisam de algum recurso, eles se reúnem e dividem as despesas entre os sócios. Já na Associação dos Grossos os sócios pagam a taxa de R\$ 0,5 por mês. Abaixo segue o depoimento de um assentado sobre o assunto: “A Associação dos Grossos paga R\$ 0,5 individualmente cada sócio e a nossa [associação do Bom Destino] ninguém paga por mês, na hora da precisão junta todo os sócios e resolve” (Assentado da Associação do Bom Destino, 52 anos).

Os projetos recebidos pelo Assentamento foram o São Vicente, Fada, Projeto de Habitação, PROCERA, FNE, Fomento, São José, Complementação da Renda Familiar, além de vários custeios. Para que os projetos chegassem ao Assentamento, os assentados efetuaram reuniões, discutiram, com a ajuda dos técnicos do INCRA, elaboraram documentos e encaminharam para o INCRA.

Os recursos obtidos pelo Assentamento não foram adequadamente planejados pelo INCRA. Este assunto foi comentado por pessoas que fizeram parte da história do Assentamento:

[...] Aí a gente se afastou mais, porque chegou o endeusamento do INCRA, aí toda a semana chegava gente para fazer projeto, foi à época que entrou dinheiro para cerca, gado, caprino, entrou dinheiro para tudo sem um mínimo de critério, sem critério de planejamento, sem critério de avaliação, sem critério de saber se estava afogando ou libertando, se estava escravizando ou não. E o pessoal começou a abandonar muitas coisas, foi uma fase quando os assentados liam a bíblia aí eles diziam, termina logo, termina logo que tem coisa mais importante. Aí foi ficando o que era principal para eles no segundo plano (Vigário da Paróquia de Aratuba, 66 anos).

[...] Rapaz, logo no início o primeiro projeto que entrou aqui eu ainda não estava aqui, mas quando eu cheguei tinha muitos bichos comprados pelo projeto eu não sei se era o São Vicente ou o FADA. Eu sei que eles me deram a liberdade de participar do gado comunitário. Quando o projeto PROCERA veio para o Assentamento, aí veio um técnico do INCRA ajudar a nós na compra do gado. Ele chegou e disse: todos os assentados que for comprar o gado tem que fazer o acompanhamento do começo ao fim. Olhe os recursos de comprar o gado já chegou, agora nós vamos para Quixadá comprar o gado. A equipe de comprar o gado era seis assentados, quando olhemos o gado, nós não gostamos, pois era todo gado de cocheira e nós não tinha condições de dá comida aqueles animais. Aí ele disse é rapaz, eu ia dizer isso para vocês [...] quando não deu meia hora ele chegou pra nós: rapaz, o gado de

comprar é esse aqui mesmo, nós vamos é andar vamos perder tempo. Parece que foi uma cochichada que houve entre ele e o fazendeiro. Aí foi feita a compra desse gado, aí foi um desastre, só tivemos muito foi prejuízo (Assentado da Associação dos Grossos, 54 anos).

O projeto de criação de bovinos para o Assentamento não foi o desejado, em razão da falta de aplicação dos recursos com maior seriedade. A aquisição de gado pouco adaptado à região levou ao fracasso o projeto. Isto deixou os assentados endividados, muitos perderam a sua principal economia, além da baixa auto-estima e do descrédito das políticas públicas, para alguns assentados.

Após o resgate da história dos assentados, passa-se para a análise dos indicadores de territórios espaço-geográfico e sócio-político e cultural.

4.2 Grossos: territórios espaço-geográfico ou sócio-político e cultural

Inicialmente, analisa-se o Assentamento à luz dos indicadores de território espaço-geográfico e território sócio-político e cultural.

Os limites do assentamento são representados ao norte pelos serrotes (Figura 7, Apêndice A), divisa com o Assentamento Logradouro I, ao leste pelas serras (Figura 8, Apêndice A), divisa com Assentamento Cacimba Nova, e terras planas, divisa com a Fazenda Palestina, ao sul pelas terras planas, divisa com o Assentamento Anajás, e terras onduladas, divisa com o Assentamento Armadores, e ao oeste por um rio e pelas terras planas, divisa com o Assentamento Logradouro II.

As duas associações do Assentamento Grossos utilizam espaços geográficos diferentes e com seus limites definidos. A área da Associação do Bom Destino é formada pelas parcelas de número 9, 10, 11, 12 e 16 e pelas parcelas de áreas molhadas de números 11, 12, 13, 14 e 19, as quais têm como limites as cercas (Figura 9, Apêndice A). As parcelas de número 8, 13 e 15 e as parcelas de áreas molhadas 16, 17, e 18 pertencem aos assentados que fazem parte da Associação dos Grossos. As parcelas de número 14 e 20 não fazem parte de nenhuma das associações, sendo que a parcela de número 20 é diferente das demais, pois pertence ao agregado Antônio Joana, morador mais antigo da Fazenda que, no início do Assentamento, não aceitava trabalhar com a comunidade, daí foi tomada a decisão de que essa área ficaria reservada para esse agricultor. O assentado da parcela de número 14 e a parcela, na área

molhada, de número 15, já foi sócio das duas associações, sendo hoje apenas cadastrado. Essa situação atual pode ser vista na Figura 10, Apêndice A.

No Assentamento, encontram-se os seguintes tipos de vegetação (Figura 11, Apêndice A): arbórea (pau-branco, juazeiro, pau d'arco, jurema-branca, jurema-preta, aroeira, catingueira, pereiro, mororó, cumaru, angico, sabiá etc.); arbustiva (marmeleiro, mofumbo, velame, bamburral, cipó-de-macaco etc); herbácea (tiririca, vassourinha, malícia, salsa, mata zombando, etc).

Os solos predominantes no Assentamento são os do tipo bruno não cálcico em associação com os solos dos tipos litólicos eutróficos e, em menor ocorrência, o podzólico vermelho-amarelo e aluviais.

O clima do assentamento é semi-árido quente, apresentando pequenos períodos de chuvas sazonais de verão.

O relevo do Assentamento é irregular, podendo encontrar os tipos plano, suave-ondulado e forte-ondulado, representados pelas terras planas e onduladas, serrotes e serras.

No Assentamento, os recursos hídricos são representados pelos rios e riachos, mantendo-se com água apenas durante o período de chuvas.

As plantas tóxicas que existem no Assentamento são mata-zombando, salsa, cipó-de-macaco e angico.

A força de trabalho do Assentamento é predominantemente familiar, sendo as atividades realizadas pelo pai, mãe e filhos (as) (Figura 12, Apêndice A).

Os trabalhos realizados pelas famílias no Assentamento correspondem às tarefas em atividades agrícolas e pecuárias. Vale também salientar que existem práticas de pagamento por dias de serviço (muito raro), além da troca do dias de serviços, que será comentada em outro momento.

Os instrumentos de trabalho do Assentamento são representados pelas máquinas (forrageira e triturador) (Figura 13, Apêndice A); equipamentos (cultivador, pulverizador, puvilhador, plantadeira manual); ferramentas (machado, foice, roçadeira, alavanca, pá, picareta, chibanca, enxada, pé-de-bode e marreta) (Figura 14, Apêndice A); e animais de trabalho (burro, jumento, cavalo e égua) (Figuras 15 e 16, Apêndice A). Além dessas forças produtivas, há também, naturalmente, a terra representando o elemento natural.

Com a mudança de Fazenda para Assentamento Grossos, os assentados conquistaram a terra e melhoraram o acesso aos instrumentos de trabalho, mas, com os tipos de instrumentos que possuem, a produtividade do trabalho no assentamento tende a ser baixa. Além disso, em razão das diversidades climáticas e das precárias condições de solo, limitados em quantidade e qualidade, os assentados obtêm uma produção total limitada.

No processo produtivo do Assentamento, os assentados têm a liberdade de planejar, de decidir o que e onde plantar, de organizar a criação de animais ou fazer qualquer outro tipo de atividade produtiva. Essas relações de produção, entretanto, se apresentam de forma comunitária na Associação Grossos, enquanto na Associação Bom Destino essas relações ocorrem individualmente.

Os assentados são proprietários da terra e de seus instrumentos de trabalho. A propriedade da terra dos assentados da Associação do Bom Destino é individual, pois cada um trabalha em sua parcela, enquanto na Associação Grossos é comunitária, com exceção de três sócios que têm suas terras em parcelas.

No Assentamento Grossos não existe mais a relação patrão e empregado, rompida no passado e, desta maneira, a maioria dos assentados (10 dentre 13) da Associação de Grossos apresenta traços de um modo de produção socialista, pois trabalha de forma comunitária, mesmo sendo em apenas algumas atividades produtivas. Ao contrário, a Associação Bom Destino se achega mais do modo de produção capitalista, pois os assentados trabalham de forma individual. Conforme Gadotti (1991), no modo de produção capitalista, o patrão é o proprietário dos meios de produção, humanos e materiais, enquanto no modo socialista os meios de produção pertencem à comunidade e não a indivíduos isolados ou a entidades privadas.

O sistema de produção do Assentamento Grossos é baseado nas atividades da agricultura e da pecuária. Na agricultura, os assentados plantam milho e feijão (Figura 17, Apêndice A), fava, mandioca (Figura 18, Apêndice A), batata-doce, cebolinha e coentro. Na pecuária, eles criam bovinos (Figura 19, Apêndice A), ovinos (Figura 20, Apêndice A), caprinos e aves (Figura 21, Apêndice A). Os assentados utilizam o sistema de criação semi-extensivo, em que os animais utilizam as pastagens nativas e as roças, aproveitando o restolho dos plantios. Vale salientar que no verão alguns assentados ministram aos animais um complemento a base de capim verde, milho e torta de algodão.

No Assentamento, os animais são criados de forma individual e coletiva. Na associação do Bom Destino, os assentados criam os animais individualmente - cada assentado é responsável pelo manejo de sua criação. Já na Associação dos Grossos, os assentados criam de forma coletiva e individual, com exceção dos três sócios das parcelas individuais. Apenas os bovinos são criados de forma comunitária na Associação dos Grossos. Os dez assentados da Associação dos Grossos organizaram o manejo desses animais de acordo com uma escala, cada assentado cuidando dos animais durante quinze dias. As atividades desenvolvidas nesse manejo envolvem: ordenha, condução dos animais às pastagens, fornecimento de água, recolhimento dos animais ao final do dia, vistoria diária dos animais e realização de algumas práticas sanitárias. Nas práticas sanitárias, como vacinação, aplicação de carrapaticida e combate à mosca-branca, marca-se um dia e todos os dez assentados colaboram nessas práticas. Já na pecuária individual, cada assentado é responsável pelo manejo de sua criação.

A agricultura explorada pelos assentados da Associação do Bom Destino é operada de forma individual, enquanto na Associação dos Grossos é individual e comunitária. A atividade agrícola comunitária dessa Associação é a cultura do milho.

A força de trabalho e os instrumentos de trabalho utilizados no sistema de produção já foram citados em passagem anterior.

Os assentados utilizam tecnologia do tipo rudimentar, pois as condições de solo e o poder aquisitivo não são favoráveis para utilizar um outro tipo de tecnologia. São poucos os assentados que utilizam defensivos agrícolas. O uso do trator no Assentamento é feito por aluguel, mas não é utilizado anualmente.

Os assentados vendem o excedente de produção ao atravessador ou em Canindé. Esse dinheiro destina-se à compra de outros produtos não produzidos no campo - roupa, chinelo, remédio, alimentos, dentre outros.

Além da agricultura, os assentados têm os seguintes conhecimentos e habilidades: artesanato de palha (vassoura, chapéu e surrão), artesanato de barro, artesanato de couro, utensílios de pesca, trabalhos de pedreiro, eletricitista, mecânico, costureira, em horticultura, carpintaria, como professora, agente de saúde e secretária.

No Assentamento também foi percebida a consciência dos assentados por meio da luta histórica por melhores relações sociais na produção, luta coletiva por acesso livre à terra para si e para os outros companheiros, resistência à política do parcelamento das terras e a manutenção de algumas atividades coletivas, participação nas reivindicações pelos direitos

junto às instituições públicas. Esta situação foi constatada, sobretudo, na Associação dos Grossos. O MST, em sua experiência em assentamentos rurais, considera a consciência social e o conhecimento técnico como condições subjetivas para o desenvolvimento da cooperação agrícola.

O patrimônio do Assentamento é representado pelas casas, grupo escolar, galpão, casa de farinha, cercas, açudes, poço profundo, cacimbas, cisterna, os quais se encontram em regular estado de conservação. O assentamento também possui animais de trabalho e de produção do tipo mestiço.

Os assentados utilizam como meios de comunicação o rádio, televisão e carta. Os assentados recebem informações relativas a crédito, às mobilizações, assistência técnicas, comercialização dos produtos, dentre outras, do presidente da Associação, das lideranças do movimento, do MST, de assentados vizinhos e às vezes alguma notícia de urgência que a EMATERCE e o sindicato colocam no rádio.

O acesso ao assentamento se dá através de estradas do tipo carroçável (Figura 22, Apêndice A). A distância do Assentamento a Canindé é de 32 km, sendo esse trajeto feito, normalmente, de bicicleta, de ônibus e de caminhão.

As estradas e os caminhos do Assentamento encontram-se em condições razoáveis. Os assentados utilizam os seguintes meios de transportes: ônibus (Figura 23, Apêndice A), bicicleta, caminhão, motocicleta e cavalo, para deslocamento a Canindé e localidades circunvizinhas.

O Assentamento se relaciona com o INCRA, MST, Igreja, Sindicato, EMATERCE, Prefeitura, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Educação e FETRAECE, como mostra o depoimento abaixo: “Todas as mobilizações do movimento, todas, vêm um ou duas ou três pessoas dos Grossos. Então os Grossos tem um grande respeito e uma grande admiração para com o movimento” (Filho de assentados da Associação Grossos e líder do MST, 29 Anos); “O assentamento tem bom relacionamento com INCRA, sindicato, prefeitura, secretária da agricultura, FETRAECE, movimentos, igreja. A igreja foi o passo inicial de nossa luta” (Assentado da Associação dos Grossos, 46 anos).

As decisões do Assentamento são tomadas nas reuniões da Associação. A Associação dos Grossos utiliza o galpão ou a casa de um assentado para realizar esses encontros, enquanto a Associação do Bom Destino não utiliza um lugar fixo, sendo os encontros realizados em qualquer uma das casas dos associados. Quando o INCRA efetua reunião do

Assentamento, envolvendo as duas associações, estas se fazem no grupo escolar, considerado um espaço neutro dentro do Assentamento.

No Assentamento existe um grande sentimento de solidariedade e de cooperação entre as pessoas. Seguem-se exemplos de solidariedade entre as pessoas do assentamento: ajuda na confecção de cerca; no destocamento, na vacinação do gado; na fabricação de farinha (farinhada) (Figura 24 a 27, Apêndice A); na plantação de roçado comunitário de milho e feijão; na lavagem de roupa para mulher em estado de “resguardo”; nos trabalhos de fiscalização das obras dos açudes; na escavação de cacimba; nas atividades e doações para a igreja; na troca de dias de serviço; nos cuidados da casa das pessoas que se encontram com problemas de saúde; na construção dos canteiros da farmácia viva; e na luta da comunidade para garantir que a merendeira do grupo escolar fosse do próprio assentamento.

A solidariedade foi constatada também entre os assentados do Assentamento Grossos e com as pessoas de fora do Assentamento mediante algumas práticas: mobilizações dos movimentos sociais reivindicando os direitos dos agricultores (Figura 28, Apêndice A); colaboração nas ocupações de terra e desapropriação de outros assentamentos; ajuda no “roçado” de um vizinho do Assentamento; construção do alicerce da igreja do Logradouro I; e arrecadação de alimentos para pessoas doentes o Assentamento Logradouro I.

Esses exemplos de fraternidade, ora citados, presentes no assentamento podem ser observados na seqüência em duas narrativas:

Os assentados de Grossos tinham um padrão muito grande na luta pela reforma agrária, eles compareciam a todas as ocupações, davam contribuições, eles vinham ocupar o INCRA ou a Secretária, em qualquer canto que precisava, estavam sempre presentes. Grossos na minha imagem era o assentamento que tinha bom nível de consciência política (Superintendente Regional do INCRA-CE, 67 Anos).

Nós [Associação dos Grossos] como tinha mais experiência a gente ajudava o pessoal dos Armadores [Assentamento], fazia reunião com ele, ensinando como a gente tinha conseguido a nossa terra, também nós ajudamos na desapropriação do Logradouro 2, a gente arrecadava os alimentos e levava para lá, eu sei que solidariedade nós fizemos muito (Líder e assentado da Associação dos Grossos, 62 anos).

Observou-se que alguns assentados do Assentamento Grossos tinham bom nível de consciência política, expressa na sua solidariedade. Eles ajudavam na desapropriação de outros assentamentos, participavam das mobilizações e também, quando era necessário, ocupavam o INCRA (Figura 29, Apêndice A) e a Secretária de Agricultura e também faziam parte de muitos outros movimentos.

A solidariedade no Assentamento também pode ser expressa nas práticas de empréstimo dos gêneros alimentícios (açúcar, café, óleo, milho, feijão, arroz, rapadura, dentre outros), ferramentas (enxada, chibanca, alavanca, foice, goiva, pé-de-bode, machado, picareta, facão, dentre outros), equipamentos (pulverizador, cultivador, cangalha, sela, espora, cabeçada, carro-de-mão, dentre outros), animais de trabalho (burro, égua e jumento) e outros (arame farpado, bicicleta e dinheiro). Essa ajuda mútua é fundamental para a produção de alimentos e para a sobrevivência das pessoas.

A diferença de solidariedade entre as duas associações foi manifestada pelo fato de que a Associação dos Grossos enfrenta obstáculos na luta e conquista da terra, nas ocupações no INCRA e na Secretária de Agricultura, nas reivindicações, na colaboração da desapropriação de outros assentamentos, enquanto entre os sócios da Associação do Bom Destino essas práticas não são percebidas, assim como é comentado por um assentado:

[...] a gente [sócios da Associação dos Grossos] fazia mobilização, várias vezes fomos ocupar o INCRA, a secretária de agricultura, duas vezes fomos para macha em Brasília, já fomos fechar a BR na Boa Viagem, ajudamos também na desapropriação do Logradouro 2 e dos Armadores (Assentado da Associação dos Grossos, 46 anos).

A solidariedade expressa pelos sócios da Associação dos Grossos em relação aos sócios da Associação do Bom Destino aproxima-se mais do entendimento proposto por Jara (2001), pois é vista nas pessoas ou em um grupo social, quando manifestam sensibilidade, agem fraternamente, responsabilizam-se pelos outros, possuem determinação no enfrentamento dos obstáculos e apóiam os demais.

Além das diferenças de solidariedade citadas entre as associações, percebem-se também diferenças entre os assentados.

As diferenças entre os assentados apresentam-se de maneiras diversas: diferença no modo de plantar, pois há assentado que planta em consórcio, outros plantam somente milho ou somente feijão. Existem diferenças de quantidades de sementes por cova. Já na pecuária, alguns preferem criar bovino, outros caprinos e ainda outros apenas ovinos.

De acordo com Matta (2001), a identidade é marcada pela diferença, em que homens e sociedades são definidas pelos seus estilos, modos de fazer as coisas e o jeito de cada pessoa. Essa identidade nos assentados foi muito forte em relação ao trabalho agrícola e à pecuária, sendo relatada da seguinte maneira: “Eu só sei trabalhar na agricultura e pecuária” (Assentado da Associação do Bom Destino, 51 anos); “Sei fazer serviço de pedreiro e eletricidade, mas o

que eu gosto mesmo é do trabalho na agricultura e na pecuária” (Presidente da Associação dos Grossos, 34 anos); “Eu toda vida gostei de trabalhar no roçado, eu não gosto de trabalhar em outro serviço” (Presidente eleito da Associação dos Grossos, 47 anos).

As narrativas dos assentados mostram o quanto eles se identificam com as atividades que exercem dentro da comunidade.

No Assentamento Grossos, o padre Moacir realizava reunião, debatia sobre o espírito de coletividade entre as pessoas, sobre o uso da terra comunitário, além de incentivar os jovens na vida religiosa e nas atividades da comunidade. Seguem as narrativas dos atores sociais:

A família Nicácio apesar de ser uma família muito trabalhadora, mas ela só tinha espírito coletivo com a família. A coletividade com a comunidade não era boa, pois eles achavam que perdiam tempo, porque os outros trabalhavam menos e eles trabalhavam mais. Se eles trabalhassem só no roçado deles, era melhor (Vigário da Paróquia de Aratuba, 66 anos).

Havia, entre as famílias assentadas, profundas diferenças de concepções quanto ao encaminhamento do processo de desenvolvimento do Assentamento. [...] parte das famílias queria trabalhar “no individual”, e [...] parte queria “no coletivo”. Havia também ressentimentos com a permanência da família do “ex-vaqueiro” ou gerente colocado e instado, pelo procurador dos herdeiros da fazenda, a pressionar e dificultar a vida dos antigos moradores da fazenda. Desde o início do Assentamento, essas diferenças geravam conflitos entre as famílias, dificultando o seu desenvolvimento organizacional (Chefe da Divisão de Assentamentos do INCRA-CE, 61 anos).

Conforme os relatos anteriores, percebe-se que as ações da família Nicácio são mais voltadas para a produção. Os Nicácios também não se identificam com o trabalho coletivo do Assentamento, apenas conseguem realizar alguns trabalhos em conjunto com os membros de sua família. Essas diferenças entre os assentados têm dificultado a organização do Assentamento.

As diferenças existentes no Assentamento também podem ser percebidas entre as duas associações.

Na Associação dos Grossos, as terras são utilizadas de forma comunitária, o planejamento é feito semanalmente e as reuniões são realizadas freqüentemente no terceiro sábado do mês; os sócios apóiam os movimentos sociais, os partidos dos trabalhadores e a luta pela reforma agrária; os componentes dessa associação estão envolvidos com as questões políticas e produtivas e já conseguiram muitos benefícios para o Assentamento (projetos para

construção dos açudes, projetos de energia, dentre outros). Essas práticas realizadas pela associação dos Grossos foram narradas pelos assentados da seguinte maneira:

A associação dos Grossos tem reunião no terceiro sábado do mês, mas toda semana a gente se reúne para discutir as coisas, a gente apóia o movimento, já conseguimos muitos benefícios para o assentamento (Assentado da Associação dos Grossos, 58 anos).

A associação dos Grossos é um grupo maior, sempre com aquele objetivo: o que nós sai para procurar, nós encontramos, nós resolvemos da melhor maneira possível, e a associação do Bom Destino já não é desse jeito, até hoje a única coisa que eles tem conseguido foi um custeio, outro tipo de projeto não conseguiu. A associação dos Grossos se preocupa com toda a comunidade, já a outra não. Quando foi para conseguir poço, energia, açudes só quem contribuía era a nossa associação, a outra não deu um tostão. Eu acho que a associação do Bom Destino é muita limitada, a nossa associação sempre está fazendo um favor para eles" (Assentado da Associação dos Grossos, 46 anos).

Na associação do Bom Destino, os assentados utilizam as terras de forma individual, não havendo dia certo para o planejamento; não mantêm reuniões com frequência, apóiam os partidos políticos conservadores, não apóiam os movimentos sociais. Os componentes dessa Associação estão envolvidos mais com questões produtivas do que políticas; não se envolvem com a luta pela reforma agrária e ainda não conseguem recursos para o Assentamento pelo fato de a associação ser pouco organizada. Segue o relato dos assentados sobre algumas diferenças:

A associação dos Grossos, a mais velha, ela tem esse relacionamento de participar das lutas, de ajudar em tudo que o movimento precisa. A associação dos Grossos contribui bastante. A outra associação quando os Grossos foi dividido ela optou por parcelamento, era o pessoal que não tinha bom relacionamento, não participava das lutas era pessoa que era gerente era morador que não tinha tanto entrosamento, então de forma que a gente pode dizer que eles não tinham uma boa proximidade (Filho de assentados da Associação Grossos e líder do MST, 29 anos).

A Associação do Bom Destino é pequena, trabalha no individual, nós não tem essas coisas para resolver porque ninguém pegou projeto e a Associação dos Grossos é maior, trabalha no coletivo, tem mais coisa para resolver porque pegou projeto. A gente não tem nenhum tipo de trabalho junto com eles, é só na reza que somos juntos. Quando é para tirar novena a gente anda em todas as casas (Assentado da Associação do Bom Destino, 54 anos).

Os assentados da Associação dos Grossos que trabalham no comunitário têm as produções de milho e os animais como uma poupança para atender as necessidades da associação. Um sócio da outra associação fez o relato seguinte:

A diferença é que a associação dos Grossos tem mais gente e trabalha todo mundo junto e tem reserva²³ para a associação, e a associação do Bom Destino tem pouca gente e trabalha individual e a associação da gente não tem essa reserva. (Assentado da Associação do Bom Destino, 61 anos)

A Associação dos Grossos apresenta maior resistência às instituições, como: a propriedade privada - quando não aceita o percentual de renda imposto pelo patrão na luta pela desapropriação; o Estado, representado pelo INCRA - quando rejeitou a política de parcelamento imposta pelo governo Collor e legitimada por alguns técnicos. Esse comportamento apresentado por essa associação está de acordo com a identidade do tipo de resistência imaginado por Castells (2002), em que os atores sociais resistem aos princípios das instituições da sociedade.

A Associação Grossos faz oposição à ação dessas instituições dominantes, enquanto a Associação do Bom Destino aceita a ação dessas instituições, o que faz esta associação aproximar-se da identidade do tipo legitimadora. Castells (2002) considera que as origens desse tipo de identidade estão ligadas às instituições dominantes, visando ao domínio sobre os atores sociais.

Há também diferença no espaço geográfico utilizado pelas duas associações, ou seja, grande parte da área da Associação dos Grossos fica localizada à esquerda e apenas uma pequena parte à direita da estrada no sentido da cidade de Canindé para o Assentamento Armadores, enquanto a área da Associação do Bom Destino fica praticamente toda à direita da mesma estrada (Figura 10, Apêndice A). Além dessa divisão geográfica, existe também a divisão nas áreas molhadas a jusante do açude principal (Figura 10, Apêndice A), mas somente para os assentados com terras parceladas, pois os demais assentados não dividiram as terras das áreas molhadas.

Percebe-se também que a Associação do Bom Destino não ajudou financeiramente, nem sob outra forma, para que os recursos chegassem ao Assentamento. Todos os açudes foram conseguidos por mérito da Associação dos Grossos.

Observou-se que a Associação do Bom Destino não tem conhecimento do papel que desempenha uma Associação, enquanto a Associação dos Grossos já exerce o papel de associação. O papel desempenhado pela Associação dos Grossos passa pelo uso coletivo das terras, dos animais de produção e dos instrumentos de trabalho. Também se observou o

²³ Reserva na forma de dinheiro, milho e animais.

interesse pela questão agrária. Nas reuniões, debatem e buscam opções de solução para os problemas do Assentamento. Essa atitude pode ser confirmada nesta fala:

A origem maior do trabalho de um assentamento é o trabalho coletivo e nossa associação [Associação dos Grossos] tem, e também tem o coletivo dos bens que é o gado e o motor e na associação do Bom Destino não tem. Mas eles trabalham bem também. As produções das associações são iguais. É só aquele sistema que não é todo mundo que se interessa pela caminhada junta, tem pessoas que pensa mais em crescer só. Acontece muito isso, a pessoa pensar mais em si. Tem pessoa que zela muito em busca da reforma agrária. Eu tenho vontade que todos tenham algumas coisas tanto coletivas como individual. Tem pessoa que não está se importando se reforma agrária dá certo. Deu certo para ele, pronto. Nessas reuniões que nós temos toda semana é a oportunidade para a gente discutir esse tipo de coisa, aconselhar e saber como é que está, se acontece qualquer problema a gente tenta resolver, é isso assim. A paz e a união dentro do assentamento é muito bom (Líder e assentado da Associação dos Grossos, 62 anos).

As diferenças entre as duas associações são muitas. Observou-se que a Associação dos Grossos tem maior facilidade de organização, procura debater as questões políticas e acredita que, unindo as forças, é possível conseguir o que eles almejam. Já isso não acontece com a Associação do Bom Destino.

As expressões culturais, como os eventos religiosos e outras manifestações citadas a seguir têm conseguido integrar as pessoas das duas associações do Assentamento, sobretudo os jovens.

As manifestações culturais do Assentamento e praticadas anualmente são a comemoração da desapropriação do Assentamento, Campanha da Fraternidade, Via Sacra, novena do mês de maio, leitura da bíblia no mês de setembro, comemoração do Natal, celebrações aos domingos (Figuras 30, Apêndice A). Salienta-se que algumas práticas festivas são realizadas em todas as casas, tais como as festas de ano, cantorias, forrós, serestas e noites culturais (peças de teatro, piadas, músicas, sanfoneiros). Esses momentos culturais são realizados pelo grupo de jovens do Assentamento.

[...] agora a gente está promovendo noite cultural, tem espaço para apresentações, peças teatrais, apresentação de piadas. Essas questões mais voltadas para o humor, têm algumas premiações que a gente está tentando organizar para dar para os vencedores, são coisas simples, e depois terá um forró. Aqui, o que mais acontece a noite é o forró. Além desses, tem sábado de aleluia, noite de fogueira, dramatização, cantoria quando estão fazendo aniversários (Assentada da Associação do Bom Destino e professora, 22 anos).

Os assentados consideraram a comemoração do nascimento de Jesus, o Natal, um das manifestações culturais mais importantes. No mês de dezembro, eles fazem comemorações de

casa em casa. Desde o início do mês, até o dia 25 de dezembro, exercitam dramatizações do nascimento de Jesus e finalizam este momento com comidas e bebidas.

No Assentamento, existem dois tipos de religiões, ambas com seus símbolos: a católica (Figura 31, Apêndice A) e a evangélica (Figura 32, Apêndice A), sendo que a segunda só é praticada por apenas duas famílias do Assentamento.

Outros aspectos das manifestações culturais referem-se à prática de futebol realizada pelos jovens da comunidade. O Assentamento não tem um campo de futebol nem uma equipe, mas seus jogadores (Figura 33, Apêndice A) praticam esporte nas comunidades vizinhas.

[...] mas a minha imagem sobre Grossos, sempre foi de um assentamento organizado sobre todos os aspectos, inclusive até no esporte, na época, eu participei de um campeonato que foi feito entre os assentados de lá, e Grossos era uma liderança desses movimentos esportivos (Superintendente Regional do INCRA-CE, 67 anos).

As manifestações culturais do Assentamento Grossos desempenham um importante papel, pois possibilitam a assentados de associações diferentes se integrarem (Figura 34, Apêndice A) e viverem juntos, mesmo com suas diferenças.

Percebe-se que existe um alto grau de confiança entre os assentados, não só em relação àqueles que trabalham em atividades comunitárias, como também junto àqueles que trabalham individualmente no Assentamento. Este sentimento de confiança pode ser observado abaixo: “Aqui no Assentamento tem pessoas que a gente pode entregar a chave da casa que não vai ter diferença de mim, porque são de confiança” (Assentado da Associação dos Grossos, 56 anos); “A gente gosta de todos, mas tem aquelas pessoas que a gente confia mais. Eu tenho certeza que na comunidade não tem nenhuma pessoa que eu possa ocupar que me negue” (Assentado da Associação dos Grossos, 61 anos).

Relativamente a esses depoimentos, Fukuyama (1995, p. 36) assinala que “a confiança é a expectativa que emerge de uma comunidade, em que os seus membros se caracterizam por um comportamento estável e honesto e por regras comumente partilhadas”.

De maneira geral, os assentados apresentam forte sentimento de pertença pela sua localidade, com algumas raras exceções. “[...] eu nasci, me criei e quero morrer aqui” (Assentada da associação dos Grossos, 41 anos); “Eu como assentado, não por ser mais velho, eu quero sair daqui só se for por cemitério né, antes até a gente morava na terra dos outros né, a gente tem hoje e não tem amanhã né, pelo menos hoje como assentado eu me sinto bem” (Assentado da Associação dos Grossos, 58 anos).

Esse sentimento por amor ao local foi relatado também por um filho de um assentado que faz parte do MST:

Dos Grossos é a questão da gente ter nascido e se criado lá, e um grande laço de amizade que a gente tem. Hoje desde dos mais velhos até aos mais novos, por mais que a gente passe uns dois meses sem andar lá, já está mais ou menos com oito e nove anos que nós estamos nos movimentos, a gente tem se afastado um pouco, mas a gente construiu esse laço de amizade, de camaradagem com todas as gerações. Eu quando chego nos Grossos eu me sinto muito bem. Outra coisa que gosto é a questão cultural, as novenas, o jogo de futebol, das prosas, das cantorias de violas (Filho de assentados da Associação Grossos e líder do MST, 29 anos).

Dos assentados entrevistados, somente três não tiveram sentimento de pertença pelo Assentamento. Na narrativa seguinte, um assentado expressou a vontade de morar em outra localidade: “O meu maior sonho é comprar uma casinha lá em Aracoiaba, para eu terminar meus dias de vida debaixo dela e fazer o que eu fazia [vender leite na cidade]” (Assentado da Associação dos Grossos, 43 anos).

Foram encontradas também outras duas pessoas de uma mesma família (mãe e filho) com o desejo de morar na cidade. Eles não gostam de reuniões nem da vida do interior. A mãe nunca saiu do Assentamento porque seu marido expressou um grande sentimento de pertença ao Assentamento:

A pior coisa é você morar na cidade, viver atrás de grade com medo de ladrão, não poder dormir com a janela aberta. Para mim é mesmo que o sujeito está morto. Aqui no Assentamento você pode dormir de janela aberta (Assentado da Associação dos Grossos, 56 anos).

Os sonhos de alguns assentados é de que os filhos morem e trabalhem no Assentamento e se casem com pessoas do Assentamento ou da região vizinha. A maioria das mães questiona nas reuniões a impossibilidade de os filhos permanecerem no Assentamento após o casamento.

Segue o sentimento de uma mãe pelos filhos casados, que não podem morar no Assentamento:

Eu sou mãe de 16 filhos. Não tá tudo vivo porque Deus levou cinco. Sabe qual a minha queixa aqui no Assentamento é porque se um dos meus filhos chegar a casar, eles não tem o direito de morar aqui no Assentamento e eu questiono na reunião é sobre isso, eu sou contra, mais sobre outras coisas não (Assentada da Associação dos Grossos, 56 anos).

Surgiu também, como sonho, um desejo que todas as pessoas tivesse **uma vida digna e um enorme desejo de ver acontecer a reforma agrária no Brasil.**

O maior sonho que eu tenho é de chegar o ponto de todo mundo ter uma **vida digna**, não ser dependente de ninguém, que tenha saúde, educação, moradia, **não exista fome**, igualdade entre as pessoas (Líder e assentado da Associação dos Grossos, 62 anos).

O meu maior sonho é um sonho coletivo que é vê acontecer a reforma agrária no Brasil. Se eu morresse hoje e soubesse que a reforma agrária foi feita como a gente deseja, com certeza isso é o meu maior sonho (Filho de assentados da Associação dos Grossos e líder do MST, 29 anos).

Apesar de todas as dificuldades e sofrimentos, ainda restam esperanças nos assentados, como mostram os sonhos citados acima. De acordo com Dalai-Lama (1998, p. 19):

O que mais nos incomoda é ver os nossos sonhos frustrados. Mas permanecer no desânimo não ajuda em nada para a concretização desses sonhos. Se ficamos assim, nem vamos em busca dos nossos sonhos, nem recuperamos o bom humor!

Constatou-se que os indicadores da dimensão território espaço-geográfico, estão presentes nas duas associações, porém verificou-se que, na Associação dos Grossos, os indicadores da dimensão território sócio-político e cultural encontram-se de forma mais evidente do que na Associação do Bom Destino.

Após a análise desses indicadores, percebe-se que a evolução das categorias, modo de produção, por intermédio da melhoria nas relações de produção e no acesso às forças produtivas, a identidade dos assentados marcada pelo sistema de produção, o sentimento de pertença dos comunitários pelo local, a solidariedade política percebida durante a luta, a conquista da terra e a preservação das manifestações culturais responsáveis pela integração das pessoas no assentamento, juntamente com outros indicadores, mostram a existência de traços de desenvolvimento sustentável no Assentamento Grossos.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES



*Eu como assentado, não por ser mais velho, eu quero sair daqui só se for pro cemitério né,
antes até a gente morava na terra dos outros né, a gente tem hoje e não tem amanhã né,
pelo menos hoje como assentado eu me sinto bem.*

José Cavalcante Tavares,
Assentado da Associação dos Grossos, 58 anos

Este estudo se propôs a responder se o espaço do Assentamento Grossos constitui um território e, de acordo com os resultados desta pesquisa, pôde-se chegar às conclusões delineadas na seqüência.

Na época da Fazenda Grossos, os agricultores estavam submetidos a um modo de produção, em que as relações de produção eram de exploração, ou seja, pagavam dias de serviço ao patrão, renda do algodão, milho e feijão, além de não terem o direito à posse da terra e possuírem pouquíssimos instrumentos de trabalho. Esse modo de produção foi se modificando em decorrência dos ensinamentos da igreja, por meio das CEBs, e da luta e resistência por parte de alguns agricultores. Essa conquista representou a realização do sonho dos trabalhadores de Grossos.

Antes da desapropriação da Fazenda, já havia diferenças entre os moradores antigos e a família dos Nicácios, pois esse grupo familiar mantinha relação de confiança com o patrão, enquanto os outros eram contra o estado de exploração e reagiam a tudo isso. Essa divergência entre os agricultores refletiu-se durante a luta pela desapropriação da fazenda, pois, no primeiro grupo, estavam os agricultores que possuíam identidade com a luta pela terra e havia forte solidariedade entre as pessoas, mesmo num ambiente de ameaças, dificuldades financeiras, seca e analfabetismo. Já o outro grupo, também queria a terra, mas não tinha o mesmo engajamento nessa luta.

Historicamente, a passagem de Fazenda Grossos para Assentamento Grossos alterou o modo de produção, pois os assentados conquistaram seu espaço agrário, a terra, adquiriram novos instrumentos de trabalho e as relações de produção passaram de morador/patrão para agricultores proprietários de sua terra.

As diferenças entre os agricultores antigos e a família dos Nicácios foram se acentuando, no início do Assentamento, durante os trabalhos comunitários, pois essa família era mais interessada na produção, enquanto os outros assentados, além da produção, se interessavam também pelas questões políticas. Essas diferenças também foram percebidas durante o parcelamento das terras, pois um grupo não aceitava as terras parceladas, resistindo e lutando por terras comunitárias, enquanto a família dos Nicácios queria a divisão das terras. Esse impasse levou o Assentamento a se apresentar com duas morfologias agrárias diferentes: uma com terras parceladas e outra com terras comunitárias.

Com a evolução da história do Assentamento, essas diferenças foram ficando cada vez mais visíveis, chegando ao ponto de serem formadas duas associações dentro do Assentamento Grossos: a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Grossos e a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Bom Destino. As duas associações se diferenciam quanto ao espaço geográfico utilizado dentro do Assentamento. A Associação dos Grossos trabalha de forma comunitária e familiar, faz reuniões, planeja as atividades agrícolas, apóia e tem identidade com os movimentos sociais e os partidos dos trabalhadores rurais e ainda consegue projetos para o Assentamento, enquanto que, na associação do Bom Destino, eles adotam forma de trabalhar apenas familiar, não têm hábito de efetuar reuniões, fazem “planejamento” das atividades agrícolas individualmente, não se engajam na luta em prol dos movimentos sociais, apóiam os partidos conservadores e ainda não conseguiram projetos para o Assentamento.

Outra diferença entre as pessoas do Assentamento está relacionada com as manifestações culturais, pois existe outro tipo de religião - a evangélica. Essa religião é representada por apenas duas famílias, uma cadastrada na Associação dos Grossos e outra agregada.

O estudo também mostrou que, mesmo com todas essas diferenças entre as associações, os comunitários do Assentamento Grossos conseguem viver juntos. Essa integração entre as pessoas decorre, sobretudo, das manifestações culturais, sob a forma de eventos religiosos, futebol, comemoração da desapropriação do Assentamento, festas de final de ano, cantorias, forrós, serestas e noites culturais. Tudo isso faz parte da identidade das duas associações.

Outros aspectos comuns à identidade dos assentados das duas associações referem-se ao tipo de força de trabalho utilizado no sistema de produção, predominantemente familiar, às atividades agrícolas exploradas e à comercialização dos seus produtos.

As associações apresentam diferentes formas de construção da identidade. A Associação dos Grossos apresenta identidade de resistência, para a maioria das características estudadas, entretanto demonstra identidade legitimada quando se trata de religião. A Associação do Bom Destino exibe identidade do tipo legitimada, sobretudo quando se trata das relações com as instituições (Estado, propriedade privada) e com a religião.

Existe um grande sentimento de solidariedade e de cooperação entre as pessoas do Assentamento e com as pessoas de fora da comunidade.

Essa solidariedade, encontrada na Associação Grossos, é expressa no enfrentamento dos obstáculos pela luta e conquista da terra, nas ocupações do INCRA e da Secretária de Agricultura, na luta pelas reivindicações, na ajuda a outros trabalhadores rurais, em prol da desapropriação de outros assentamentos, enquanto os assentados da Associação do Bom Destino não têm essa prática de enfrentar tais situações.

Com todas essas diferenças entre as associações, conclui-se que a Associação dos Grossos apresenta mais capital social do que a Associação do Bom Destino.

Os resultados também revelaram que, de maneira geral, os assentados apresentam um forte sentimento de pertença ao Assentamento, independentemente de qualquer associação, expresso pelo amor ao local e pelo desejo de que seus filhos casem-se com pessoas da comunidade ou da região e morem no Assentamento ou nas regiões circunvizinhas.

Conforme os resultados, aplicando-se os indicadores de territórios espaço-geográfico e sócio-político e cultural, representados pelo modo de produção, solidariedade, manifestações culturais e identidade, dentre outros, pode-se concluir que, até então, o espaço utilizado pela Associação dos Grossos sinaliza território sócio-político e cultural em construção. Essa mesma afirmação, porém, não pode ser feita em relação ao espaço da Associação do Bom Destino, que ainda revela ser apenas território espaço-geográfico. Ante tal realidade, é válido concluir-se também que a evolução dessas categorias mostra a existência de traços de desenvolvimento sustentável no Assentamento Grossos. Para se chegar a uma conclusão mais contundente, seria necessária a utilização da pesquisa do tipo explicativa ou exploratória, o que não representa o caso desta.

Vale salientar a contribuição deste trabalho, no plano teórico, em aplicar o conceito de território representado pelo conjunto dos indicadores contidos nas dimensões espaço-geográfico e sócio-político e cultural para proporcionar o conhecimento da realidade do Assentamento. Estes indicadores possibilitaram, na prática, a organização, a compreensão, a

descrição dos dados empíricos, a síntese do conhecimento e, sobretudo, a orientação metodológica da pesquisa.

A abordagem de desenvolvimento territorial, adotada nesse estudo, pode contribuir para a atuação dos profissionais do campo no sentido de despertar para uma compreensão e intervenção diferenciadas sobre o desenvolvimento nos espaços rurais, pois esse conceito não é dependente apenas de fatores econômicos, mas também da identidade, solidariedade, estado de consciência, sentimento de pertença e manifestações culturais existentes nas comunidades. A melhoria da qualidade de vida da comunidade de Grossos, passando de moradores para assentados, foi função mais desses fatores do que do econômico.

Em se tratando da comunidade, sabe-se que em toda sua história havia conflitos e, com essa pesquisa, percebe-se que a integração entre os assentados decorre das manifestações culturais. Assim sendo, uma das políticas públicas é incentivar mais os eventos culturais e preservar os existentes.

O estudo tem ainda, como destaque prático, a importância de se identificar a existência de território antes de definir as políticas públicas de intervenção para esses espaços rurais.

Neste sentido, este trabalho contribui para definição ou melhor adequação das políticas públicas voltadas para os espaços rurais, considerando-se que são analisadas as suas diferenças. Assim sendo, para os locais diferentes, exigem-se políticas diversificadas que levem em conta a particularidade de cada território, especialmente a diversidade cultural, sob pena de o desenvolvimento ficar comprometido.

Neste trabalho, optou-se por não aprofundar a análise via medidas econômicas, dando-se mais ênfase as questões sócio-político e culturais, sendo, portanto, um campo de pesquisa a ser aprofundado em estudos posteriores.

Finalmente, para melhor orientação das políticas públicas de desenvolvimento rural, sugere-se a realização de outros estudos, objetivando identificar os territórios rurais do Estado do Ceará como forma de apontar as identidades e as diferenças nos assentamentos de reforma agrária, nas comunidades em geral, nas localidades, para servir de referencial para a preservação da diversidade cultural desse povo.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: Hucitec/IPESPE, 1995. 135 p. (Geografia: Teoria e Realidade 29).

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. 88 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (org). **Território, globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 332 p. p. 213 – 220.

ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. A identidade como representação social. **Política & Trabalho**. João Pessoa, n. 11, p. 63-73, set. 1995.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Ceará: miséria ou prosperidade? O Caso Santana**. 1995, 157f. Dissertação (Mestrado em economia rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BARREIRA, César; PAULA, Luis Antonio Maciel de. Os Assentamentos rurais no Ceará uma experiência a ser seguida? In: SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C, ROSA, Sueli L. Couto (org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.306p. p. 205 – 219.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 266 p.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

BEZERRA, Analúcia Sulina. **Bastões: Memória e identidade negra**. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BOISIER, Sergio. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. 2000. 19 p. (mimeo.)

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento, 2000. 382 p.

BURLATSKI, F. **Fundamentos da filosofia marxista-leninista**. Moscovo: Edições Progresso, 1987. 391 p. (Compêndio de ciências sociais)

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (org). **Território globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 332 p. p. 261-269.

CARVALHO, Maria Rosário G. de (org.). **Identidade étnica, mobilização política e cidadania**. Salvador: OEA UFBA/ Empresa Gráfica da Bahia, 1989. 144p. (Coleção Cidadania).

CASTELLS, Manuel. **A Era da informação: economia, sociedade e cultura. O Poder da Identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 2.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

CENTRO DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL - CETREDE. **Projeto de assentamento da fazenda Grossos, Canindé-Ceará**. Fortaleza, 1986. 142 p.

CLAVAL, Paul. **Espace e pouvoir**. Paris: PUF, 1978. 257 p.

COHEN, Ernesto, FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994. 312 p.

CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre, et al. **Saber preparar uma Pesquisa**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997. 215 p.

CORRÊIA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: exemplo. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 332 p.

COUTINHO, Célio Ribeiro. **A agricultura nos assentamentos rurais no Ceará: qual o tipo de exploração? O caso Lagoa Verde**. 1999, 240f. Dissertação (Mestrado em economia rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, 121 p.

EVERS, Tilman. **Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, n. 4, p 11-23, abril, 1984.

FEITOSA, Maria das Dores Ayres. **Participação: ainda uma trilha na reforma agrária do Ceará – estudo de caso no assentamento Santa Bárbara**. 2002, 200f. Dissertação (Mestrado em educação brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 15. ed. 1989, 79 p.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Grávida, 1995. 412 p.

FUNDEP. **Coragem de educar: uma proposta de educação popular para o meio rural**. Petrópolis: FUNDEP/Vozes, 1994. 87 p.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: MEPF/FAO/INCRA, 1999. 58 p.

GADOTTI, Moacir. **Marx: transformar o mundo**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1991. 96 p. (Prazer em conhecer).

- GANDIN, Danilo. **Indicadores: sinais da realidade no processo de planejamento**. São Paulo: AEC do Brasil/Loyola, 2002. 42 p. (Coleção fazer e transformar).
- GÉLÉDAN, Alain, BRÉMOND, Janine. **Dicionário econômico e social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. 394 p.
- _____. **Dicionário das teorias e mecanismos econômicos**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. 463 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.
- GILLARDOT, Pierre. **Géographie Rurale**. Paris: Ellipes. Universités Géographie, 1997. 208 p.
- GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 332 p. p. 233 – 246.
- GORGEN, Frei Sérgio Antônio, STÉDILLE, João Pedro (orgs). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991. 184 p.
- GRESH, Alain. A guerra de mil anos. **Le monde diplomatique** (edição brasileira), Paris, v. 5, n.56, p. 1 – 7. Disponível em : <[http://www. Diplo.com.br/aberto/matéria.nhn?id=977](http://www.Diplo.com.br/aberto/matéria.nhn?id=977)> acesso em: 10 out. 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDALHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. 248 p. p.169 – 190. (Série geográfica cultural).
- HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDALHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. 200 p.p. 115 – 144. (Série geográfica cultural).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Guacira Lopes Lauro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 102 p.

IBGE. **Censo agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: Brasil, n.1, 1997. 366 p.

IBGE. **Censo agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: Ceará, n. 9, 1997. 247 p.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ - IDACE. **Tipos de projetos criados e o número de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária**. Fortaleza, ago.2004. (Relatório mensal)

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Grossos: **Relatório** 1986. Fortaleza, 1986. 7 p. (mimeo.)

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Grossos: **Anteprojeto de assentamento Grossos (versão preliminar)** 1986. Fortaleza, 1986. 11 p. (mimeo.)

INCRA/SIPRA. **Tipos de projetos criados e o número de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária**. Fortaleza: SIPRA, ago. 2004. 20 p. (Relatório mensal).

INCRA/SIPRA. **Plano de desenvolvimento simplificado – PDS**. Fortaleza: SIPRA, 3 p.

IPLANCE. **Anuário Estatístico do Ceará 95/96**. Fortaleza: IPLANCE, v. 5-6, Anexos, 1996. 1146 p.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA. 2001. 352 p.

_____. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: IICA, 1998. 316 p.

KAISER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990. 316 p.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos.** São Paulo: Cortez/UNESCO, 1998. 92 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 64)

LAMA, Dalai. **O caminho da tranquilidade: sua santidade, o Dalai-Lama.** Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 119 p.

LE COZ, Jean. **Las reformas agrarias.** México: Ariel, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** 4. ed. Paris: Anthropos, 2000. 485 p. (coleção ethno-sociologie)

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. 318 p. p.157 – 176.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988. 209 p. (coleção espaços)

MARTINS, Mônica Dias. **Reforma agrária: sonho, sonhei, sonhamos - luta de classes e assentamentos em terras do ceará.** 1990. 293 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. 318 p. p. 11 – 76.

MARX, Karl. **Manuscritos Económico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002. 198 p. (coleção a obra-prima de cada autor, 68).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 571 p.

- MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão rural entre os sem terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998. 165 p.
- MATTA, Roberta da. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 126 p.
- MATOS, Kelma Socorro Lopes de, VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001. 144 p.
- MEDEIROS, Leonilde, BARBOSA, Maria Valéria, FRANCO, Mariana Pantoja, ESTERCI, Neide, LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, UNESP, 1994. 329 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira, CRUZ NETO, Otávio, GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 21. ed. 2002. 80 p.
- MIRANDA, Carlos, MATOS, Aureliano. **Desenvolvimento local sustentável no Brasil: a experiência do IICA**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura, 2002. 53 p.
- MONTRICHER, Nicole de. **L'aménagement du territoire**. Paris: La Découverte, 1995. 128 p. (Repères, 176)
- NAVARRO, Zander. **O Projeto 'Cédula da Terra'; comentário sobre as condições sociais e políticas-institucionais de seu desenvolvimento recente**. Porto Alegre, 1998. 31 p.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade étnica e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. 118 p.
- PAULA, Luís Antônio M. de. **Reforma Agrária como uma estratégia de desenvolvimento**. 1991, 130f. Dissertação (Mestrado em economia rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PALMEIRA, Moacir; GARCIA, Afrânio. Transformação agrária. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil um século de transformações**. São Paulo: Companhia das letras, 2001. 522 p. p. 40 – 77.

PEREIRA, Cláudio Luiz. Identidade étnica e patrimônio cultural. In: CARVALHO, Maria Rosário G. de (org) et. al. **Identidade étnica, mobilização política e cidadania**. Salvador: UFBA/ Empresa Gráfica da Bahia, 1989. 144 p. p. 28 – 41. (coleção cidadania).

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REBOUL, C. **Mode de production et système de culture et d'élevage**. *Économie rurale*. n. 112. Mars-avril. 1976.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1989. 128 p.

SADRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994. 375 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 7. 1995. Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: IFCSUFRJ, 1995. p. 1 – 56.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. 514 p. (reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez. 1997. 349 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record. 2000. 174 p.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 127 p. (entrevista com Milton Santos).

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 332 p. p. 15 – 20.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 332 p.

SERPÚLVEDA, Sergio; RODRÍGUEZ, Adrián; ECHEVERRI, Rafael; PORTILLA, Melania. **El enfoque territorial del desarrollo rural**. San José, C. R.: IICA, agosto, 2003. 180 p.

SILVA, Jailson de Souza e. **A pluralidade de identidades no bairro Maré-Rio de Janeiro**. 5 p. Disponível <<http://www.anped.org.br/1406t.htm>> acesso em: 05 out. 2001.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil**. Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1971. 284 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 133 p. p. 73 –102.

SOUZA, José Ribamar Furtado de, FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **(R) evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura, 2004. 216p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p. p. 77 – 116.

SOUZA, Maria Antônia de. **Indivíduos em movimento: a formação da identidade coletiva.** São Paulo: GEMDEC/UNICAMP, 1994. p.52 – 66 (Texto N° 2, jul. 1994. mimeo.).

STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e a luta do MST.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 318 p.

STÉDILE, João Pedro; FREI SÉRGIO. **A luta pela terra no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Página Aberta, 1996. 118 p.

STÉDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1994, 332 p.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 387 p.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais.** 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 133 p. p. 7 – 72.

APÊNDICES A

1. Tabela de Inventário de Grupos

APÊNDICES

APÊNDICES A
(Fotos da Realidade do Assentamento Grossos)



Figura 1 - Reunião de sensibilização com os associados da Associação dos Grossos.



Figura 2 - Reunião de sensibilização com os associados da Associação do Bom Destino



Figura 3 - Croqui do Assentamento Grossos, com casas, açudes, galpão de reunião e os limites



Figura 4 - Entrevista com família assentada

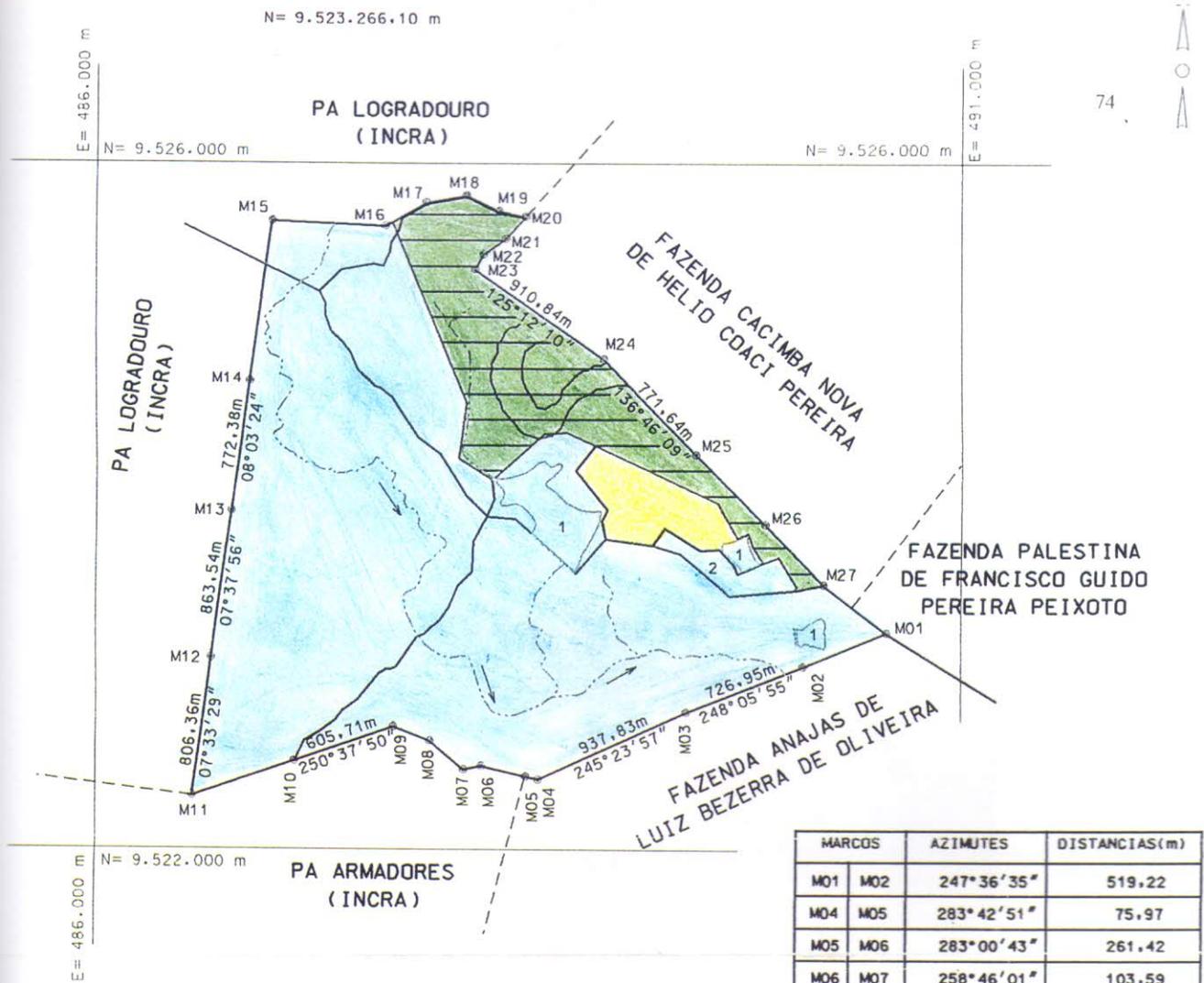


Figura 5 - Área do Assentamento Grossos logo após a desapropriação

LEGENDA

- 1 - ACUDE: 36,6892 ha
- 2 - ÁREA URBANA: 11,2703 ha
- ~ RIACHO
- ~ ESTRADA
- ÁREA DEMARCADA DE RESERVA LEGAL: 129,2482 ha

MARCOS	AZIMUTES	DISTANCIAS(m)	
M01	M02	247° 36' 35"	519,22
M04	M05	283° 42' 51"	75,97
M05	M06	283° 00' 43"	261,42
M06	M07	258° 46' 01"	103,59
M07	M08	310° 08' 48"	257,00
M08	M09	291° 38' 14"	227,30
M10	M11	251° 05' 54"	623,16
M14	M15	07° 49' 14"	947,98
M15	M16	92° 30' 35"	654,08
M16	M17	59° 49' 39"	271,09
M17	M18	80° 01' 45"	234,08
M18	M19	115° 31' 51"	208,14
M19	M20	102° 36' 45"	159,01
M20	M21	221° 56' 14"	169,80
M21	M22	236° 17' 56"	158,13
M22	M23	207° 00' 42"	101,53
M25	M26	135° 16' 02"	573,26
M26	M27	135° 56' 55"	486,88
M27	M01	127° 19' 37"	454,71



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ - SR02
 DIVISÃO TÉCNICA - SR(02) T

IMÓVEL GROSSOS	ÁREA	822,6438 ha
	PERÍMETRO	12.890,00 m
DATA	MUNICÍPIO/UF	ESCALA
MAIO/2002	CANINDE / CE	1 : 40.000

FONTE PA GEORREFERENCIADO (PLANTA VEGETAL)	RESP. TÉCNICO	CONFERE	VISTO
--	---------------	---------	-------



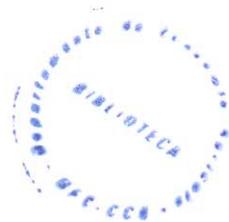
Figura 7 - Limite com o Assentamento Logradouro I (serrotes)



Figura 8 - Limite com o Assentamento Cacimba Nova (serras)



Figura 9 – Limites entre as parcelas das áreas molhadas



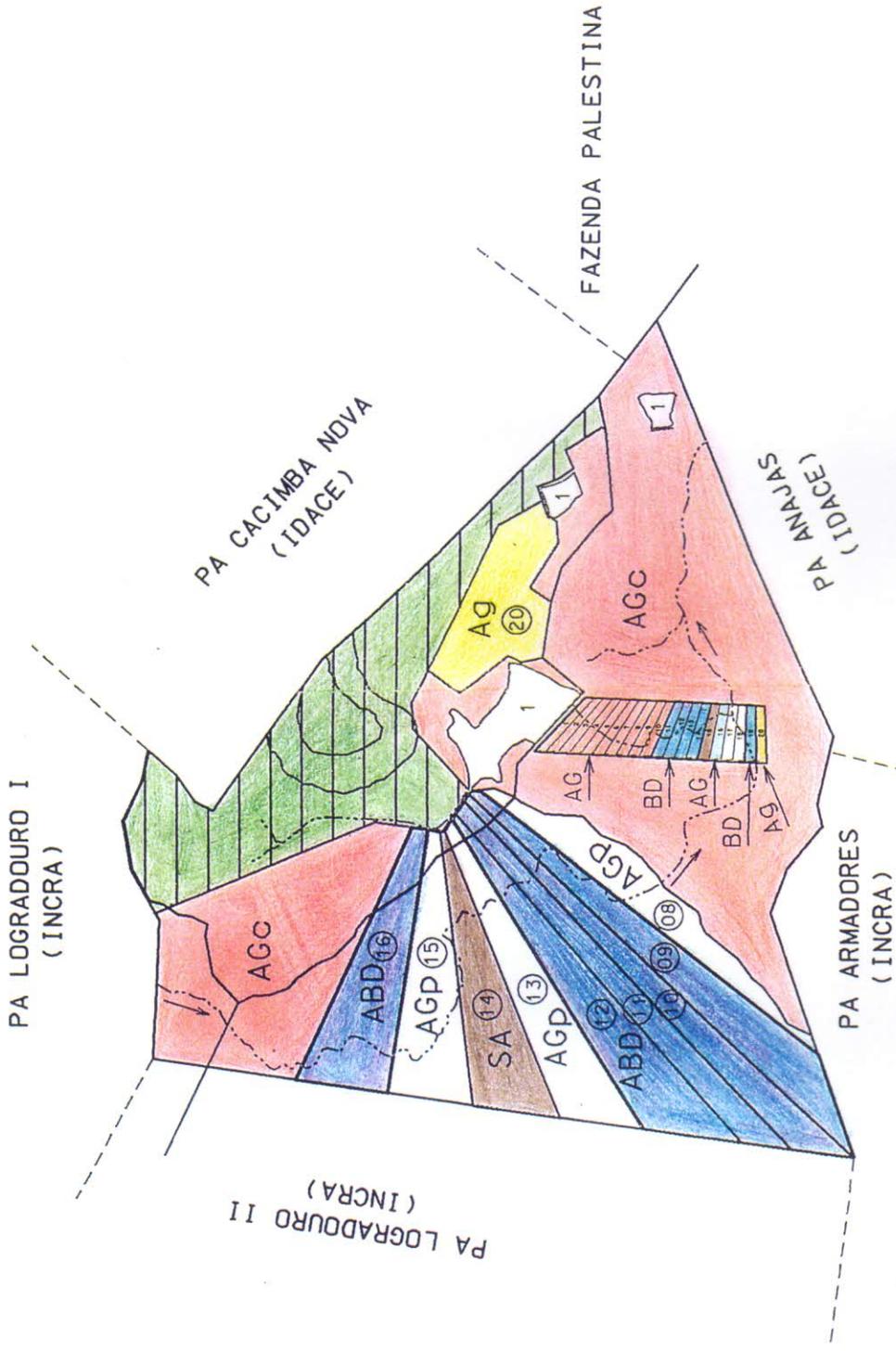


Figura 10 - Área do Assentamento Grossos atual

LEGENDA

1 - ACUDE: 36.6892 ha

RIACHO

ESTRADA

AREA DE RESERVA LEGAL: 129.2482 ha

AGC = AREA COMUNITARIA DOS ASSENTADOS DA ASSOCIACAO DOS GROSSOS

AGP = AREA PARCELADA DOS ASSENTADOS DA ASSOCIACAO DOS GROSSOS

ABD = AREA PARCELADA DOS ASSENTADOS DA ASSOCIACAO DO BOM DESTINO

SA = AREA PARCELADA DO ASSENTADO SEM ASSOCIACAO

AG = AREA DO AGREGADO

IMOVEL PA GROSSOS
 AREA 822,6438 ha
 PERIMETRO 12.890,00 m
 MUNICIPIO/UF CANINDE / CE
 DATA MAIO/2002



Figura 11 - Vegetação do Assentamento Grossos (arbórea, arbustiva e herbácea)



Figura 12 - Força de trabalho familiar



Figura 13 – Máquinas agrícolas (forrageira e triturador)



Figura 14 – Equipamentos e ferramentas



Figura 15 – Animais de trabalho (burro)



Figura 16 – Animais de trabalho (jumento e cavalo)



Figura 17 – Culturas de milho e feijão consorciadas



Figura 18 – Cultura de mandioca



Figura 19 – Criação de bovinos



Figura 20 – Criação de ovinos



Figura 21 – Criação de aves (galinha, capote e patos)



Figura 22 – Estrada tipo carroçável



Figura 23 – Meio de transporte utilizado no Assentamento Grossos (ônibus)



Figura 24 – Fabricação de farinha (raspagem)



Figura 25 – Fabricação de farinha (lavagem)



Figura 26 – Fabricação de farinha (prensagem)



Figura 27 – Fabricação de farinha (torração)



Figura 28 – Mobilização dos movimentos sociais (MST na Prefeitura Municipal de Canindé)



Figura 29 – Mobilização dos movimentos sociais (MST no INCRA)



Figura 30 – Evento religioso (celebração sem padre)



Figura 31 - Símbolo da religião católica



Figura 32 – Símbolo da religião evangélica



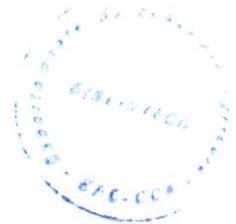
Figura 33 – Time de futebol com alguns jogadores das associações do Assentamento Grossos.



Figura 34 – Integração entre as pessoas das duas associações durante as manifestações culturais.

Roteiro de entrevistas

Que fatos importantes



APÊNDICES B
(Roteiro de Entrevistas)

1. Como é o tamanho das parcelas?

2. Qual a estrutura das plantas de assentamento? Como é organizada a produção?

3. Qual o destino das produções do assentamento? Quem são comercializados os produtos do assentamento?

4. Qual a história de sua família? Que fatos mais importantes você destaca de sua história?

Roteiro de entrevista das famílias assentadas

1. Que fatos importantes aconteceram na história (antes e depois de assentados) de vida de vocês?
2. Qual a sua origem? Onde morava antes de vir para o assentamento?
3. Quais atividades a família desenvolvia antes do assentamento?
4. Como eram as relações de trabalho antes de assentados?
5. Como a Fazenda Grossos passou a assentamento?
6. Como foi a atuação do INCRA durante a desapropriação da Fazenda Grossos?
7. Como você se sentia antes de ser assentado?
8. Como foram os primeiros dias das famílias no assentamento?
9. Como e quando foi iniciada a organização das famílias?
10. Como foi a distribuição da terra para o uso das famílias?
11. Quais os projetos o assentamento recebeu?
12. Qual a participação da comunidade para que esses projetos chegassem ao assentamento?
13. Como foi o processo de organização das associações?
14. Como foram implantados os projetos no assentamento?
15. Como foi feita a divisão do assentamento em parcelas?
16. Quais as atividades agrícolas do assentamento? Como é organizada a produção?
17. Qual o destino dos produtos do assentamento? Como são comercializados os produtos do assentamento?
18. Qual o significado de sua história? Que fatos mais importantes você destaca de sua história?
19. Quais são os limites do assentamento?
20. Quais os tipos de vegetação? Quais as espécies de uso alimentar? Quais as espécies tóxicas?
21. Quais os tipos de relevo? Quais os tipos de solos? Quais as fontes de água naturais?
22. Qual a origem da força de trabalho? Quais os instrumentos de trabalho? Como são as relações de trabalho no assentamento?
23. O que vocês acham da forma como trabalham no assentamento? O que vocês entendem por coletivo?
24. Que trabalhos vocês fazem com o apoio de outras pessoas da comunidade ou com as pessoas fora da comunidade? Que trabalhos vocês costumam ajudar os outros?

25. Se vocês precisassem resolver um assunto em Canindé, quais as pessoas vocês poderiam contar para ficar olhando sua casa, ou seus animais, ou seu roçado?
26. O que vocês geralmente emprestam as pessoas ou tomam emprestado?
27. Qual (is) as pessoas do assentamento vocês conversam seus assuntos particulares?
28. Quais trabalhos para o benefício do assentamento foram feitos ou são feitos conjuntamente pelos assentados?
29. Vocês fizeram ou fazem parte de algum grupo de trabalho? [movimento sociais, sindicatos, associações, cooperativa, partido político, ong, grupo religioso, grupos de jovens, grupo de educação, grupo de esporte, grupo de trabalho (pecuária, agricultura, cerca, etc.), fórum, comitês]
30. Quais instituições (órgãos, comunidades) o assentamento se relaciona? De que forma ocorre essas relações? A associação do assentamento se relaciona com quais instituições?
31. Quais os tipos de festejos, comemorações, eventos religiosos, religiões e esportes existem no assentamento? Quais deles vocês consideram mais importante no assentamento? Qual a sua religião? O que você acha sobre as outras religiões no assentamento?
32. Existem diferenças entre as pessoas do Assentamento? Existem semelhanças? Existem diferenças entre as Associações? Existem semelhanças? Como vocês convivem com essas diferenças?
33. Como é o “jeito” de vocês? Para conviver em comunidade houve mudança no jeito de ser de vocês? Em que vocês mudaram?
34. Além das atividades na agricultura quais outras atividades você sabe fazer?
35. De que maneira o assentamento recebe informações? Quais os meios de comunicações são utilizados pelos assentados? Quais os meios de comunicação existem no assentamento?
36. Como é o acesso do assentamento para a cidade? Qual à distância? Quanto tempo vocês gastam do assentamento para Canindé?
37. Onde vocês desejariam que seus filhos trabalhassem?
38. Onde vocês desejariam que seus filhos morassem?
39. Vocês desejariam que seus filhos (as) casassem com pessoa de qual local?
40. Qual é o maior sonho de vocês?
41. Que sentimento vocês tem em relação ao assentamento?

Roteiro de Entrevistas para Atores Externos (padre e técnicos)

1. Qual o seu nome, idade, período de gestão no Incra? E qual era aquele momento na reforma agrária?
2. Como ocorreu a luta e a conquista pela terra no Assentamento Grossos?
3. Quais organizações atuaram durante a desapropriação da Fazenda Grossos? E como foi o trabalho dessas organizações?
4. Como foi a formação comunitária dos trabalhadores rurais durante o período de Fazenda Grossos?
5. Que manifestações culturais existem no assentamento? Quais os tipos de religiões existem no assentamento? O que um grupo religioso acha da religião do outro?
6. Como ocorreu a organização dos assentados (as) no início do Assentamento Grossos?
7. Qual a sua opinião quanto ao trabalho das lideranças e/ou representantes do Assentamento?
8. Como ocorreu a formação e o desenvolvimento das associações Grossos e Bom Destino?
9. Quais diferenças existem entre as Associações? E semelhanças? Quais diferenças existem entre as famílias do Assentamento? E semelhanças? Como as famílias e as associações convivem com as diferenças?
10. Qual foi a sua contribuição para o assentamento Grossos?
11. Como você via o sentimento dos assentados em relação ao assentamento?
12. Quais as práticas de solidariedade que você conhece dentro do assentamento?

Roteiro de Entrevista para Atores externos (líder dos movimentos sociais)

1. Como se dá a relação do assentamento Grossa com o MST e outros movimentos sociais?
Qual a importância do assentamento Grossos para o MST?
2. Como é a relação das duas associações do Assentamento Grossos com o MST?
3. Existem diferenças entre as duas Associações? E semelhanças?
4. Qual a importância do MST para o assentamento Grossos?
5. Como você vê a reforma agrária no Brasil?
6. Qual a sua opinião em relação às políticas públicas trazidas para os assentamentos rurais?
7. Qual o significado de sua história?
8. Qual é o seu maior sonho?
9. Que sentimento você tem em relação ao assentamento? E em relação ao MST?